



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
TECNOLOGIA, INFRAESTRUTURA E
TERRITÓRIO**

LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

**GEPOLÍTICA DOS BANCOS DE DADOS:
DO VALOR DA INFORMAÇÃO AO COLONIALISMO DIGITAL**

BRENDA RUTCHAY DA SILVA MAIA

Foz do Iguaçu
2025

**GEOPOLÍTICA DOS BANCOS DE DADOS:
DO VALOR DA INFORMAÇÃO AO COLONIALISMO DIGITAL**

BRENDA RUTCHAY DA SILVA MAIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Geografia.

Orientador: Dr. Sérgio Henrique de Oliveira
Teixeira

Foz do Iguaçu
2025

BRENDA RUTCHAY DA SILVA MAIA

**GEPOLÍTICA DOS BANCOS DE DADOS:
DO VALOR DA INFORMAÇÃO AO COLONIALISMO DIGITAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano De Tecnologia, Infraestrutura E Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira
UNILA

Prof. Dr. Leandro Trevisan
UNILA

Prof. Dr. Jonathan da Silva Marcelino
UNILA

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

Dedico este trabalho a Deus, e a minha família.

AGRADECIMENTOS

Com o coração grato, agradeço, primeiramente, a Deus, pela força inabalável, pela fé e por ter iluminado meu caminho nesta desafiadora jornada acadêmica.

A concretização deste trabalho é fruto de um apoio incondicional, especialmente da minha família, meu porto seguro e maior incentivo: ao meu amado marido, Bruno, pela imensa paciência, compreensão e amor que me permitiram conciliar as responsabilidades e dedicar-me à pesquisa; à minha preciosa filha, Manuela, a quem dedico cada esforço e que é minha maior inspiração; aos meus pilares, meus pais, Maria José e Haroldo, pelo amor incondicional, pelos ensinamentos de vida e por serem a base sólida de tudo o que sou; e aos meus irmãos e cunhados, pelo suporte e alegria compartilhada.

Sou imensamente grata também às agências de fomento, o CNPq e a Fundação Araucária, cujo apoio financeiro, por meio de bolsas de Iniciação Científica ao longo da minha trajetória acadêmica, contribuíram para que as bases de pesquisa que culminam neste TCC fossem estabelecidas e desenvolvidas.

Expresso minha profunda gratidão ao Professor Sérgio Henrique Teixeira, meu orientador. Sua crença no meu potencial, o rigor científico e a paciência com que dedicou anos à orientação deste trabalho foram fundamentais para o resultado final. Mais do que isso, agradeço por ter sido, em todos os momentos, uma pessoa sensível e presente, alguém que compreendeu os desafios das minhas triplas jornadas e soube ser, acima de tudo, um amigo.

Agradeço também aos integrantes da banca examinadora, Prof. Dr. Leandro Trevisan e Prof. Dr. Jonathan da Silva Marcelino, pela disponibilidade, pela leitura atenta e pelas valiosas contribuições que certamente enriquecerão este trabalho.

Deixo meu reconhecimento ao GEPLAN - Grupo de Estudos em Planejamento Territorial e Ambiental e a todos os seus membros pelas ricas discussões e contribuições acadêmicas que enriqueceram a pesquisa.

Por fim, agradeço aos amigos que tornaram a jornada mais leve e inspiradora: Reiner Sabino, Marcos Tenazor, Letícia Silva, e Davyd, pela amizade e encorajamento constante.

“O espaço nunca é neutro, pois é sempre socialmente produzido, apropriado e utilizado. Ele é um campo de forças, de conflitos e de dominação.”

(Henri Lefebvre)

RESUMO

O presente trabalho investiga a geopolítica dos bancos de dados no capitalismo contemporâneo, analisando a transição do valor da informação para as dinâmicas do colonialismo digital, com foco na América Latina. Partindo de uma abordagem qualitativa, que combina análise bibliográfica, documental e interpretativa, o estudo articula conceitos da geografia crítica, da economia política da informação e dos estudos sobre tecnologia. Objetiva-se compreender como o poder informacional se territorializa, examinando a atuação das corporações globais conhecidas como *Big Four* (Deloitte, PwC, EY e KPMG) e, posteriormente, das *Big Techs* (como Google, Amazon, Meta). A pesquisa demonstra uma mudança estrutural: de um modelo em que as *Big Four* atuavam como intermediárias técnico-financeiras, gerenciando e interpretando dados estratégicos para Estados e empresas, para um novo paradigma em que as *Big Techs* assumem o controle direto da infraestrutura material e lógica dos fluxos informacionais (datacenters, cabos submarinos, plataformas). A análise empírica, incluindo a observação da localização estratégica dos escritórios das *Big Four* em São Paulo e Buenos Aires e a construção de um índice de acesso a bancos de dados públicos em 20 países latino-americanos, evidencia como esse poder se manifesta espacialmente em centralidades corporativas e revela profundas assimetrias regionais na soberania digital. Conclui-se que o controle sobre dados e infraestrutura digital consolida novas formas de dependência e subordinação na região, caracterizadas como colonialismo digital, onde o valor gerado localmente é sistematicamente apropriado por agentes externos, aprofundando desigualdades e limitando a autonomia tecnológica e informacional dos Estados latino-americanos.

Palavras-chave: geopolítica da informação; bancos de dados; colonialismo digital; *Big Four*; soberania digital.

RESUMEN

El presente trabajo investiga la geopolítica de las bases de datos en el capitalismo contemporáneo, analizando la transición del valor de la información hacia las dinámicas del colonialismo digital, con foco en América Latina. Partiendo de un abordaje cualitativo, que combina análisis bibliográfico, documental e interpretativo, el estudio articula conceptos de la geografía crítica, de la economía política de la información y de los estudios sobre tecnología. Se tiene como objetivo comprender cómo el poder informacional se territorializa, examinando la actuación de las corporaciones globales conocidas como *Big Four* (Deloitte, PwC, EY y KPMG) y, posteriormente, de las *Big Techs* (como Google, Amazon, Meta). La investigación demuestra un cambio estructural: de un modelo en el que las *Big Four* actuaban como intermediarias técnico-financieras, gestionando e interpretando datos estratégicos para Estados y empresas, hacia un nuevo paradigma en el que las *Big Techs* asumen el control directo de la infraestructura material y lógica de los flujos informacionales (datacenters, cables submarinos, plataformas). El análisis empírico, que incluye la observación de la localización estratégica de las oficinas de las *Big Four* en São Paulo y Buenos Aires y la construcción de un índice de acceso a bases de datos públicas en 20 países latinoamericanos, evidencia cómo este poder se manifiesta espacialmente en centralidades corporativas y revela profundas asimetrías regionales en la soberanía digital. Se concluye que el control sobre los datos y la infraestructura digital consolida nuevas formas de dependencia y subordinación en la región, caracterizadas como colonialismo digital, donde el valor generado localmente es sistemáticamente apropiado por agentes externos, profundizando desigualdades y limitando la autonomía tecnológica e informacional de los Estados latinoamericanos.

Palabras clave: geopolítica de la información; bases de datos; colonialismo digital; *Big Four*; soberanía digital.

ABSTRACT

This paper investigates the geopolitics of databases in contemporary capitalism, analyzing the transition from the value of information to the dynamics of digital colonialism, with a focus on Latin America. Based on a qualitative approach that combines bibliographic, documentary, and interpretative analysis, the study articulates concepts from critical geography, the political economy of information, and technology studies. The aim is to understand how informational power becomes territorialized by examining the role of global corporations known as the *Big Four* (Deloitte, PwC, EY, and KPMG) and, subsequently, Big Techs (such as Google, Amazon, Meta). The research demonstrates a structural shift: from a model in which the *Big Four* acted as technical-financial intermediaries, managing and interpreting strategic data for states and corporations, to a new paradigm in which Big Techs assume direct control over the material infrastructure and logic of informational flows (data centers, submarine cables, platforms). Empirical analysis, including the observation of the strategic location of *Big Four* offices in São Paulo and Buenos Aires and the construction of an index measuring access to public databases in 20 Latin American countries, demonstrates how this power is spatially manifested in corporate centralities and reveals deep regional asymmetries in digital sovereignty. The conclusion is that control over data and digital infrastructure consolidates new forms of dependence and subordination in the region, characterized as digital colonialism, where locally generated value is systematically appropriated by external actors, deepening inequalities and limiting the technological and informational autonomy of Latin American states.

Key words: geopolitics of information; databases; digital colonialism; *Big Four*; digital sovereignty.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Figura 1 — Quantidade de colaboradores global da Deloitte. | 35 |
| Figura 2 — Quantidade de colaboradores global da EY. | 36 |
| Figura 3 — Quantidade de colaboradores global da KPMG. | 37 |
| Figura 4 — Quantidade de colaboradores global da PwC. | 38 |
| Figura 5 — Mapa de localização dos escritórios das <i>Big Four</i> na América Latina. | 40 |
| Figura 6 — Sede da PwC na Avenida Brigadeiro Faria Lima, São Paulo. | 42 |
| Figura 7 — Edifício corporativo da Deloitte na Avenida Dr. Chucri Zaidan, São Paulo. | 42 |
| Figura 8 — Torre corporativa da EY na Avenida Juscelino Kubitschek, São Paulo. | |
| Figura 9 — Sede da KPMG na Rua Verbo Divino, São Paulo. | 42 |
| Figura 10 — Vista panorâmica da localização dos escritórios das <i>Big Four</i> em Buenos Aires/Argentina. | 43 |
| Figura 11 — Nível de Acesso aos Bancos de Dados Públicos na América Latina. | 47 |
| Figura 12 — Mapa de Nível de Acesso aos Bancos de Dados Públicos na América Latina (2025). | 49 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| BANCA EXAMINADORA | 3 |
| AGRADECIMENTOS | 5 |
| LISTA DE ILUSTRAÇÕES | 10 |
| 1. INTRODUÇÃO | 12 |
| 2. REFERENCIAL TEÓRICO | 14 |
| 3. METODOLOGIA | 22 |
| 4. DESENVOLVIMENTO | 25 |
| 4.1 A ERA DAS CONSULTORIAS | 25 |
| 4.2 A ERA DAS PLATAFORMAS | 42 |
| 4.3 O DESLOCAMENTO DO PODER INFORMACIONAL | 49 |
| 5. CONCLUSÃO | 51 |
| REFERÊNCIAS | 52 |
| ANEXOS | 58 |
| ANEXO A – LISTA DOS PORTAIS ACESSADOS | 59 |

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os dados tornaram-se um dos recursos centrais da economia global, reorganizando estruturas de poder, redefinindo dinâmicas territoriais e deslocando o centro de comando da informação para novos agentes. Enquanto, em um primeiro momento, corporações de consultoria globais, como as *Big Four*, assumiram papel estratégico na produção, tratamento e gestão de dados das formações socioespaciais¹ e das empresas privadas. Com o avanço do capitalismo digital, uma nova fase, marcada pela ascensão das *Big Techs* como detentoras da infraestrutura material e imaterial dos fluxos informacionais, ascende como força motriz da nova camada do tempo presente.

Esse processo revela uma transição decisiva: se as *Big Four* operam como intermediárias técnico-financeiras responsáveis por auditorias, planejamentos estratégicos e gestão de sistemas informacionais corporativos, as *Big Techs* passaram a exercer controle direto sobre plataformas, sistemas operacionais, redes sociais, datacenters e cabos submarinos, transformando-se em verdadeiros operadores da infraestrutura global da informação. A passagem da intermediação ao controle territorial-informacional configura uma mudança qualitativa no modo como o poder é exercido na economia contemporânea.

A América Latina se insere nesse cenário de forma particularmente vulnerável. A combinação entre dependência tecnológica, ausência de infraestrutura pública robusta e crescente centralização privada dos fluxos de dados revela um padrão de subordinação que alguns autores caracterizam como colonialismo digital. Nesse contexto, compreender como o poder informacional é produzido, territorializado e apropriado por agentes globais torna-se fundamental para analisar os limites da soberania digital e para repensar o papel dos Estados na governança dos dados.

Neste sentido, a pesquisa articula três momentos, a partir de uma análise que combina geopolítica da informação, economia política do capitalismo digital e estudos sobre centralidade urbana: (1) como as *Big Four* se territorializam; (2) quais lógicas

¹ Formação Socioespacial é a totalidade concreta que articula o modo de produção dominante com a organização do espaço geográfico. Ela é definida pela acumulação desigual de tempos no território, sendo um conjunto indissociável de sistemas de objetos (as formas) e sistemas de ações (as relações sociais) que, ao coexistirem, conferem uma identidade única e uma heterogeneidade estrutural a um determinado lugar. (Santos, 1997, p. 81-101)

informacionais estruturam seu poder; e (3) como esse processo impacta a dependência tecnológica e informacional da América Latina.

Além da discussão teórica, o trabalho incorpora observações empíricas sobre a localização dos escritórios das *Big Four* em São Paulo e Buenos Aires, evidenciando padrões de centralidade, densidade corporativa e integração ao meio técnico-científico-informacional. Ao analisar esses elementos conjuntamente, o estudo demonstra que a disputa pelo controle dos dados é também uma disputa territorial, que produz materialidades, hierarquias e novas formas de poder no espaço

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TERRITÓRIO, PODER E TÉCNICA

Não é possível fazer uma devida análise dos processos globais de disputas de classes e projetos nacionais sem se haver com o território como forma de organização política do metabolismo societal em sua profusão de objetos técnicos que organizam as interações espaciais e sociais. O território é a derivação imediata do poder dos objetos postos sobre o espaço, por meio das infraestruturas que mediam o processo de controle espacial.

Por conseguinte, podemos definir o espaço

como o resultado de uma interação permanente entre, de um lado, o trabalho acumulado, na forma de infraestruturas e máquinas que se superpõem à natureza e, de outro lado, o trabalho presente, distribuído sobre essas formas provenientes do passado. O trabalho morto, sobre o qual se exerce o trabalho vivo, é a configuração geográfica e os dois, juntos, constituem exatamente, o espaço geográfico (Santos, [1994] 2009, p. 111).

O poder que é dado ao território é na verdade um poder sobre suas infraestruturas.

A interação entre poder, informação e território desempenha um papel fundamental na configuração das relações sociais e geopolíticas na contemporaneidade. O poder pode ser entendido como uma combinação entre energia e informação (Raffestin, 1993 p.55), e isto demonstra a influência direta da capacidade de processamento de dados e conhecimento na capacidade de influenciar e controlar. Esses dois elementos se entrelaçam para moldar a capacidade de influenciar, controlar ou afetar o mundo ao nosso redor. A energia, que representa a capacidade de realizar trabalho; e a informação, como conhecimento e capacidade de processar dados asseguram aos seus detentores poder sobre o território.

O que fundamenta o poder, não é a “necessidade natural, mas a capacidade que os homens têm de transformar, por seu trabalho e ao mesmo tempo, a natureza que os circunda e suas próprias relações sociais” (Lapierre, 1968, apud Raffestin, 1993, p.56). Segundo Raffestin (1993, p.58) existem três trunfos do poder: população, território e recursos. Enquanto o território é reconhecido como um componente vital, sendo a própria arena onde se desenrolam as relações de poder e estratégias geopolíticas, é a população

que confere dinamismo e significado a esse espaço.

E afinal, o que é o território? Raffestin (1993, p.193), relata que espaço e território não são termos equivalentes. “O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático”. A ideia de um "ator sintagmático" enfatiza a natureza ativa e intencional dos agentes que moldam o território, sejam eles indivíduos, grupos sociais, instituições ou até mesmo Estados. Assim, o território não é um dado estático, mas sim um produto dinâmico das interações entre os seres humanos e o espaço físico, refletindo não apenas relações de poder e controle, mas também identidades culturais, valores e aspirações coletivas.

O sistema territorial é uma estrutura dinâmica composta por elementos espaciais interdependentes que são organizados e articulados por relações de poder. Esses elementos incluem não apenas o espaço físico e geográfico, mas também as relações sociais, políticas, econômicas e culturais que o permeiam. Dentro desse conceito, o território não é apenas um espaço estático delimitado por fronteiras geográficas, mas sim um campo de forças no qual diferentes atores competem e cooperam para controlar e influenciar recursos e atividades.

2.2 A INFORMAÇÃO COMO MERCADORIA E FORMA DE VALOR

O uso da informação tem desempenhado um papel importante na dinâmica contemporânea dos negócios e das relações sociais. Os estudos sobre a informação como mercadoria valiosa (Dantas, 1994, 1999a, 1999b), e seu uso por corporações (Teixeira, 2013, 2018) que a utilizam como instrumento de dominação e subordinação das nações aos processos globais de espoliação, têm demonstrado a relevância da investigação do tema para se identificar os agentes que hoje influem na regulação do território.

Falamos da regulação como forma de identificar as possibilidades de planejamento territorial que hoje são feitas pelas corporações por meio de da gestão híbrida do território em conjunto com o Estado, por fora e por dentro.

A compreensão da crescente importância da informação dentro do paradigma do capitalismo contemporâneo representa um marco significativo no campo dos estudos econômicos e sociais. Ao reconhecer a ascendência da informação como um elemento central no funcionamento do sistema econômico (Santos, 2020 [1996]; 1979), abre-se um

vasto campo de investigação e análise para pesquisadores e profissionais de diversas áreas. Reconhecendo a centralidade da informação, abre-se espaço para a investigação de novas formas de poder e controle que permeiam as relações sociais e econômicas na sociedade contemporânea.

Na atual dinâmica mundial, como fator constitutivo da globalização, “encontram-se a forma como a informação é oferecida à humanidade, e a emergência do dinheiro em estado puro como motor da vida econômica e social” (Santos, 2000).

No contexto do capitalismo contemporâneo, observamos um extraordinário avanço na produtividade impulsionado pelo desenvolvimento contínuo do processo de trabalho. Este progresso se reflete na capacidade de produzir uma quantidade significativa de produtos com um tempo de trabalho relativamente reduzido. Essa eficiência é possibilitada pela crescente incorporação de conhecimentos científicos e tecnológicos nos processos de produção, resultando em sistemas de máquinas mais sofisticados, processos de fabricação otimizados e uma organização empresarial mais eficiente.

A revolução informacional desempenha um papel fundamental nesse cenário, com as sociedades mais complexas adotando cada vez mais tecnologias de informação e comunicação em todos os aspectos da produção. Paralelamente a essas mudanças na produtividade, o consumo também passa por transformações significativas (Neto, 2012).

Desde 1992, temos sustentado uma hipótese que problematiza conceitos estabelecidos: o capitalismo passou por uma transformação fundamental, e as sociedades mais desenvolvidas não estão mais fundamentadas na revolução industrial, embora as normas industriais ainda dominem. Em vez disso, essas sociedades emergiram sobre uma nova civilização, impulsionada pela revolução socioeconômica e tecnológica conhecida como "informacional" (Lojkine, 1995).

A ascensão da informação como elemento central no capitalismo moderno reflete uma mudança fundamental na dinâmica econômica e social. Em um mundo cada vez mais conectado digitalmente, a informação tornou-se uma mercadoria valiosa por si só, capaz de moldar mercados, influenciar decisões e determinar o sucesso ou fracasso de organizações e indivíduos. No contexto empresarial, a posse e a capacidade de manipular dados e conhecimentos são frequentemente tão cruciais quanto a posse de recursos materiais. Empresas que dominam a coleta, análise e aplicação eficaz da informação muitas vezes têm vantagens competitivas significativas, permitindo-lhes antecipar tendências, personalizar produtos e serviços, e alcançar uma eficiência

operacional sem precedentes (Castells, 1999).

A utilização das técnicas de informação é predominantemente monopolizada por um reduzido número de atores em busca de interesses particulares. Tais técnicas, por ora, são predominantemente manipuladas por certos Estados e empresas, intensificando os já existentes processos de disparidade socioeconômica. Essa concentração de poder na manipulação da informação não apenas restringe o acesso equitativo ao conhecimento, mas também fortalece as desigualdades ao consolidar o controle sobre narrativas e recursos essenciais (Santos, 2017). Como resultado, as massas são frequentemente marginalizadas, privadas do pleno benefício das oportunidades e recursos que a era da informação promete. Essa dinâmica não apenas perpetua as disparidades existentes, mas também cria novas barreiras para a inclusão e participação efetiva na sociedade globalizada.

É nesse sentido que a reestruturação produtiva (Harvey, 1992; Antunes, 1999) possibilitou que surgissem espaços amplos de articulação em circuitos, que chamamos aqui de espaciais pois fixam e especializam em determinados territórios. Ao mesmo tempo, para organizar esse processo, se estabelecem círculos de cooperação de organização. É dentro do círculo que os bancos de dados atuam, pois são, no período atual, o bem de maior valor na articulação da produção, em uma verdadeira geopolítica dos bancos de dados.

Segundo Santos (2000), o circuito espacial é a expressão espacial da divisão territorial do trabalho e engloba todos os elementos da economia, desde a produção até a distribuição e o consumo. É o circuito em que as mercadorias são produzidas em um determinado lugar e vendidas em outro, por meio de fluxos comerciais que podem ser nacionais ou internacionais.

O uso do termo "circuito espacial produtivo" (CEP) é de extrema importância na análise geográfica devido à sua intrínseca relação com a ideia de movimento.

A divisão territorial do trabalho pode nos dar apenas uma visão mais ou menos estática do espaço de um país. (...) Mas para entendermos o funcionamento do território é preciso captar o movimento, daí a proposta de abordagem que leva em conta os circuitos espaciais da produção de bens e produtos e, por isso, oferecem uma visão dinâmica, apontando a maneira como os fluxos perpassam o território (Santos; Silveira, 2001, p.143).

Já o círculo de cooperação, é composto por um conjunto de empresas e instituições que trabalham juntas em uma determinada região ou setor, com o objetivo de compartilhar recursos e conhecimentos e aumentar a competitividade de todos os

envolvidos (Santos, 2000).

Castillo e Frederico (2010), descreve que, o reconhecimento dos principais atores envolvidos e a forma como estabelecem círculos de cooperação no espaço (CCE) são elementos essenciais. À medida que as etapas de produção estão espalhadas geograficamente, os atores que as impulsionam também se encontram em diferentes localizações, possuindo maior ou menor capacidade de impulsionar a produção. Esses diversos atores, com objetivos e perspectivas próprias, interagem dentro de círculos de cooperação cada vez mais intensos e amplos. Esses CCEs podem incluir colaboração entre empresas, entre empresas e autoridades locais, regionais e nacionais, entre empresas, associações e instituições, entre outros. É importante destacar a necessidade de pontuar e analisar as especificidades dos círculos de cooperação estabelecidos, bem como as respectivas escalas de poder dos diferentes atores envolvidos. Essa compreensão aprofundada é essencial para entender as dinâmicas de produção e relacionamentos em diferentes contextos geográficos, tais como os que trazemos aos debates por meio das empresas de consultorias.

Enquanto a socialização da informação pode ser apresentada como uma estratégia para aumentar a eficiência e a inovação dentro das empresas, ela também pode ser vista como um mecanismo de controle e exploração. Dentro da lógica capitalista, a socialização da informação muitas vezes não se traduz em uma distribuição equitativa do poder decisório e dos benefícios econômicos.

A informação desempenha um papel central na formação e funcionamento dos mercados financeiros globais. A rápida disseminação de notícias e análises financeiras pode desencadear flutuações nos preços dos ativos em questão de segundos, demonstrando o poder da informação para influenciar a alocação de capital e o comportamento dos investidores. Nesse sentido, a informação não é apenas uma ferramenta para facilitar transações, mas também um ativo estratégico que pode ser explorado para obter lucros substanciais nos mercados financeiros.

Essa ascensão da informação também levanta preocupações sobre questões de privacidade, segurança e concentração de poder. À medida que empresas e governos acumulam grandes volumes de dados sobre indivíduos e comunidades, surgem questões sobre quem controla e tem acesso a essas informações, e como elas são utilizadas.

A conexão entre esses conceitos e a noção de "Mercadoria Informacional" reside na influência da informação sobre os padrões de cooperação e os fluxos produtivos em uma economia globalizada. Em regiões onde a informação é acessível e utilizada para

promover a inovação e colaboração entre empresas, é provável que círculos de cooperação robustos se desenvolvam, facilitando a troca de conhecimento e recursos entre os participantes. Ademais, a disponibilidade de informações pertinentes pode favorecer a identificação de oportunidades de negócios, a otimização de cadeias de suprimentos e a adaptação às demandas do mercado, fortalecendo assim os circuitos espaciais produtivos em uma área específica. Por outro lado, em regiões onde o acesso à informação é limitado ou desigual, os círculos de cooperação podem ser menos desenvolvidos e os circuitos produtivos podem apresentar menor eficiência e resiliência.

2.3 DO CAPITALISMO INFORMACIONAL AO COLONIALISMO DIGITAL

A infraestrutura é uma organização que articula os objetos técnicos em famílias de formas que denotam poder, e que são marcadas pelas intencionalidades de cada camada de tempo. Ocorre que, até a Revolução Informacional (Lojkine, 1995), as formas operam de forma orgânica, com diversos elementos de conexão interna, acoplando à sua ligação, elementos de conexões internas promovidas por fixos e fluxos. Porém, com a *fabricalização da cidade* (Ferrari, 2008) ocorre a separação e autonomia e entrecruzamento dos processos de produção, circulação e consumo; levando a parte informacional a atender uma infraestrutura própria, a qual chamamos de *infraestrutura de dados*. Porém, como entendemos aqui os dados em sua dimensão espacial, chamamos elas de *infraestrutura de dados espaciais* (IDE). Podemos falar então de uma infraestrutura de dados espaciais (IDE) como elemento constitutivo de um *circuito espacial produtivo* da informação.

Para tanto, é importante diferenciar o que são dados e informação. Rob e Coronel (2011) descrevem que os dados podem ser entendidos como registros brutos, desprovidos de significado por si só, cuja utilidade depende de sua organização e análise. Quando processados e contextualizados, esses dados se transformam em informações, capazes de revelar padrões, sustentar interpretações e orientar decisões. Essa transformação ocorre, por exemplo, ao se aplicar questionários em um ambiente de laboratório: os dados coletados inicialmente carecem de sentido prático até serem sistematizados e apresentados de maneira compreensível, como em gráficos ou resumos estatísticos. É nesse momento que se torna possível extrair conclusões relevantes sobre o perfil dos usuários ou avaliar a qualidade do serviço prestado, permitindo intervenções mais assertivas e baseadas em evidências.

Ainda segundo Rob e Coronel (2011) um banco de dados pode ser definido como uma estrutura computacional integrada e compartilhada, cuja função principal é armazenar e organizar dados de forma eficiente, permitindo seu uso e recuperação de maneira otimizada. Essa estrutura contempla não apenas os dados do usuário final, os fatos brutos de interesse para determinada aplicação, mas também os metadados, que são dados sobre os próprios dados. Os metadados descrevem aspectos fundamentais dos dados armazenados, como seus nomes, tipos, restrições de preenchimento e relações entre os elementos, conferindo ao banco de dados uma característica autodescritiva. A gestão dessa estrutura é realizada por meio de um Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados (SGBD), um conjunto de programas responsável por administrar a organização interna do banco e controlar o acesso às informações nele contidas. Dessa forma, o banco de dados se configura como uma ferramenta essencial para o gerenciamento de informações de maneira sistemática, segura e eficiente.

Segundo Grant (1999), a sociedade contemporânea, marcada por uma crescente demanda por informação, tem seu desenvolvimento socioeconômico limitado pela ausência de uma perspectiva geográfica abrangente. Considerando que mais de 80% das informações governamentais possuem um caráter espacial, a incapacidade de analisar e integrar dados georreferenciados impede a formulação de políticas públicas eficazes. A ausência de uma consciência espacial impede a compreensão das relações complexas entre os fenômenos sociais, econômicos e ambientais, limitando a capacidade de planejamento e tomada de decisão a nível nacional, além de que, a ausência de uma infraestrutura de dados integrada e padronizada dificulta a análise comparativa e a identificação de padrões, limitando a capacidade de compreensão para tomada de decisão. Sendo ainda, o objetivo principal, segundo Grant (1999) *otimizar a utilização da terra, maximizando seu potencial econômico*.

Uma IDE se define frequentemente para denotar um conjunto básico de tecnologias, políticas e arranjos institucionais que facilitam a disponibilidade e o acesso a dados espaciais (Coleman e McLaughlin, 1998; GSDI, 2000; PCGIAP, 1995).

Inicialmente, as IDE foram projetadas como plataformas destinadas a facilitar a colaboração entre diferentes entidades, permitindo a troca e o compartilhamento de informações geográficas de forma ampla e acessível. Com o objetivo de atender, principalmente, às necessidades do setor público, essas plataformas foram concebidas para serem flexíveis, intuitivas e capazes de suportar a participação de diversas

instituições, promovendo a integração de dados e a otimização de processos missões (Mclaughin e Nichols, 1994; Coleman e Mclaughin, 1998).

Para assegurar o sucesso no desenvolvimento de uma infraestrutura eficiente, é essencial considerar diversos fatores estratégicos, conforme apontado pelo Comitê Federal de Dados Geográficos (1997) apud Grant (1999). Esses fatores incluem a promoção do compartilhamento de dados e a definição e formalização clara das responsabilidades entre os envolvidos. Além disso, é crucial estabelecer a divisão equitativa dos custos relacionados ao projeto, a distribuição justa dos benefícios e o planejamento para recuperação de custos. O modelo também enfatiza a necessidade da adoção de processos decisórios coletivos e a criação de incentivos para fomentar a colaboração. Para garantir um desenvolvimento sustentável, é imperativo assegurar que os benefícios se estendam às organizações além da parceria inicial. A base sólida para o avanço dessas iniciativas colaborativas em dados geoespaciais é complementada pelo compromisso com a manutenção de padrões conhecidos de qualidade para os dados compartilhados, a gestão eficaz dos dados e o engajamento contínuo no suporte ao programa. Esses elementos, em conjunto, formam o alicerce para uma infraestrutura de dados geoespaciais de sucesso.

Segundo Coleman *et al* (1997), Davis Jr (2006), Rezaee e Malek (2015), as IDE's evoluíram significativamente ao longo das últimas décadas, passando por três gerações distintas (tabela 1), cada uma com características e objetivos específicos:

A primeira geração (1993-2002) era centrada na organização de dados geográficos em bancos de dados nacionais, com o objetivo principal de evitar a duplicação de informações e garantir a qualidade dos dados. A participação era limitada a produtores de dados, e o modelo de governança era simples, com foco na coordenação. A política de dados era baseada em catálogos de metadados (*Clearinghouse*), que permitiam localizar os dados disponíveis;

A segunda geração (2002-2012) ampliou o escopo, incluindo não apenas dados, mas também processos e serviços. O foco passou a ser a habilitação espacial do governo, com a integração de dados e a criação de infraestruturas de conhecimento. A participação de usuários e provedores se tornou mais ativa, e o modelo de governança evoluiu para um modelo mais participativo, com regras e regulamentações mais definidas. A política de dados se concentrou no compartilhamento de dados geoespaciais, incentivando a colaboração entre diferentes instituições.

A terceira geração (2023 - atualmente), é marcada pela abertura, pela participação do usuário e pela inovação. O foco se expandiu para o nível subnacional, com o objetivo de atender às necessidades das cidades e regiões. A participação de usuários, tanto produtores quanto consumidores, é fundamental, e a política de dados se baseia no conceito de dados abertos, incentivando o acesso livre e o reuso da informação.

As IDEs da terceira geração são altamente interoperáveis, permitindo a integração de diferentes fontes de dados e a criação de serviços inovadores, como aqueles relacionados às Cidades Inteligentes. Além disso, tecnologias como dados ligados, Big Data e computação em nuvem são cada vez mais utilizadas para ampliar as capacidades das IDEs.

Tabela 1: Síntese das gerações de IDE.

| Característica | Primeira Geração | Segunda Geração | Terceira Geração |
|---------------------------|-------------------------|-----------------------------------|----------------------------------|
| Foco | Produto/dado | Processo | Usuário |
| Nível | Nacional | Nacional e hierarquia | Nacional e subnacional |
| Participação | Produtores | Provedores e usuários | Produtores e consumidores |
| Objetivo principal | Evitar duplicação | Habilitar espacialmente o governo | Serviços baseados em localização |
| Governança | Simple | Participativa | Combinada |
| Política de dados | Clearinghouse | Compartilhamento | Dados abertos |
| Tecnologia | - | - | Dados ligados, Big Data, nuvem |

Fonte: Adaptado e baseado de Coleman *et al* (1997), Davis Jr (2006), Rezaee e Malek (2015)

A terceira geração das IDEs, é amplamente definida por valores como iniciativas abertas e transparentes, cultura de participação e o conceito de injeção inversa de dados espaciais, que busca empoderar usuários e comunidades locais no uso e produção de dados geográficos. No entanto, observa-se na prática uma realidade que contradiz esses ideais.

A informação, ao invés de ser acessível e inclusiva, frequentemente é tratada como mercadoria, sujeita a interesses econômicos e políticos (Dantas, 1999a). O controle de dados espaciais por grandes corporações, aliado à mercantilização da informação, redefine o acesso e uso dessas plataformas, transformando o que deveria ser um recurso

público em um ativo estratégico restrito, aprofundando desigualdades e limitando a autonomia de comunidades e governos locais.

Autores como Shoshana Zuboff (2021) argumentam que o Big Data sinaliza uma nova etapa do capitalismo, caracterizada pela informação e vigilância, onde nos coloca em uma fase em que grandes corporações exercem liderança global no controle de dados, visando a predição e manipulação de comportamentos.

3. METODOLOGIA

A metodologia adotada fundamenta-se na abordagem qualitativa, com ênfase na análise bibliográfica, documental e interpretativa, em consonância com os procedimentos utilizados anteriormente em pesquisas feitas por meio de iniciações científicas². A investigação busca compreender as dinâmicas informacionais e territoriais que envolvem a atuação das *Big Four* e colonialismo e soberania digital, articulando conceitos da geografia crítica, da economia política da informação e dos estudos sobre tecnologia.

A pesquisa caracteriza-se inicialmente como bibliográfica, recorrendo a livros, artigos acadêmicos, relatórios institucionais e estudos clássicos e contemporâneos sobre informação, território, centralidade urbana, capitalismo digital, colonialismo de dados e soberania informacional. Essa etapa teve como objetivo construir um arcabouço conceitual capaz de compreender a informação como elemento estruturante do meio técnico-científico-informacional e como recurso estratégico na reorganização do poder no capitalismo contemporâneo.

Trata-se também de uma pesquisa documental, baseada na análise de relatórios corporativos, documentos oficiais das empresas estudadas, publicações de organismos multilaterais e bases de dados públicas relacionadas à infraestrutura digital, governança informacional e distribuição espacial de empresas de serviços avançados. Essa etapa permitiu identificar padrões de atuação, estratégias corporativas e indicadores territoriais de presença institucional das *Big Four*.

Complementarmente, empregou-se a análise espacial e interpretativa, alinhada à tradição geográfica adotada nos artigos anteriores. Foram examinadas as centralidades corporativas de São Paulo e Buenos Aires, a partir da localização oficial das sedes das *Big Four* nessas metrópoles. Embora não se trate de uma pesquisa etnográfica ou de levantamento de campo sistemático, as observações empíricas realizadas nessas cidades permitiram identificar regularidades espaciais e elementos estruturantes da territorialização informacional das consultorias, como concentração em eixos financeiros,

² PID3174-2022 - Empresas De Consultoria No Processo De Espoliação E Privatização Dos Sistemas De Engenharia No Brasil; e PID3463-2023 - Informação E Planejamento Corporativo: As Consultoras *Big Four* E Suas Articulações No Território Latino-Americano

inserção em áreas de serviços avançados e relação direta com zonas dotadas de alta infraestrutura tecnológica.

A construção do índice de qualidade de acesso aos bancos de dados estatais na América Latina foi elaborada com o objetivo de mensurar, de forma comparativa, o grau de abertura e acessibilidade das informações públicas em diferentes setores fundamentais da administração pública. Para isso, foram selecionadas oito áreas temáticas estratégicas: estatística nacional, banco central, saúde, educação, meio ambiente, dados abertos, energia e aeroportos. A escolha dessas áreas se justifica pela sua importância tanto para a gestão pública quanto para a produção de conhecimento técnico-científico, além de estarem entre os setores com maior produção de dados no âmbito governamental.

A avaliação do acesso a esses bancos de dados foi realizada de forma qualitativa e interpretativa, baseada em critérios simples, mas consistentes, que permitiram estabelecer uma tipologia em três níveis de acesso: bom, médio e limitado. Considerou-se como acesso bom aquele em que as plataformas são organizadas, atualizadas com frequência, oferecem dados em formatos abertos (como CSV ou Excel), permitem o download direto dos arquivos, apresentam documentação metodológica clara e, em alguns casos, disponibilizam também visualizações interativas ou APIs. O acesso médio corresponde a casos em que os dados existem, mas são oferecidos apenas em formatos fechados, como PDF, com pouca ou nenhuma explicação sobre a metodologia, navegação pouco intuitiva, e opções limitadas de download. Já o acesso limitado foi atribuído a portais que não apresentam bases de dados acessíveis, exigem credenciais de acesso, estão desatualizados, ou ainda se limitam à publicação de textos institucionais ou comunicados, sem estrutura de dados organizada. Em casos onde não foi identificada qualquer plataforma pública relacionada ao tema em análise, foi adotada a classificação ausente.

Para fins de comparação e representação gráfica, os níveis de acesso foram codificados numericamente, com os seguintes valores: 3 pontos para acesso bom, 2 para médio, 1 para limitado e 0 para ausente. Essa transformação dos dados qualitativos em valores numéricos segue uma lógica de quantificação com base em codificação ordinal, frequentemente utilizada na construção de índices compostos e rankings comparativos entre países. Referenciais teóricos como o Handbook on Constructing Composite Indicators, publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em parceria com o Joint Research Centre (JRC) da Comissão Europeia, orientam

a adoção de escalas simples, coerentes e transparentes para avaliação de desempenho institucional em contextos nos quais não existem bases estatísticas padronizadas entre os países (OECD; JRC, 2008). Além disso, o processo de transformação de avaliações qualitativas em categorias numéricas, necessário para a construção de índices compostos, é respaldado por autores como Auer-Srnka e Koeszegi (2007), que discutem a técnica de quantizing aplicada à conversão de dados qualitativos em variáveis quantificáveis nas pesquisas sociais.

Com base nesses critérios, foram avaliados os portais governamentais (Anexo A) correspondentes aos 20 países selecionados, atribuindo-se uma nota para cada área temática. A partir disso, foi possível calcular não apenas o índice total de acesso de cada país, como também analisar separadamente o desempenho por setor, permitindo identificar padrões regionais de transparência, bem como desigualdades entre os países no que diz respeito à produção e abertura de dados públicos.

Esse índice foi incorporado a um banco de dados georreferenciado e, em seguida, representado espacialmente por meio da elaboração de um mapa temático no software QGIS. Utilizou-se uma base vetorial dos países da América Latina em projeção equidistante, na qual foram aplicadas faixas de classificação graduadas de acordo com o total de pontos obtidos, representadas por uma escala cromática que diferencia visualmente os níveis de acesso aos dados públicos.

Complementarmente, foram elaboradas tabelas que indicam, por área temática, os países com maior ou menor desempenho em termos de abertura e qualidade das informações públicas.

A escolha dessas metodologias se justifica pela natureza complexa e multiescalar do objeto de estudo, que exige instrumentos capazes de articular práticas corporativas, lógicas informacionais, dinâmicas territoriais e relações de poder. Assim, o método adotado permite compreender não apenas a atuação das empresas analisadas, mas sobretudo as formas de produção e uso do território que emergem do capitalismo informacional e que estruturam novas dependências tecnológicas na América Latina.

4. DESENVOLVIMENTO

4.1 A ERA DAS CONSULTORIAS E O VALOR DA INFORMAÇÃO

Uma nova discussão surge quando conectamos criticamente a perspectiva à ideia do planejamento corporativo. Ao ressaltar que as empresas exercem poder sobre o território, moldando não apenas seu ambiente físico, mas também suas relações sociais e econômicas, entendemos que o poder corporativo vai além da gestão de recursos tangíveis. Ele engloba também a manipulação de informações e narrativas para consolidar o domínio da empresa e atingir seus objetivos econômicos e estratégicos. Dessa forma, o planejamento corporativo não se limita apenas à alocação eficiente de recursos, mas também envolve estratégias para influenciar as dinâmicas sociais e políticas. Essa perspectiva crítica ressalta a importância de considerar as implicações sociais, políticas e territoriais do poder empresarial, questionando quem se beneficia e quem é marginalizado por essas estratégias de poder corporativo.

A utilização do território é uma condição essencial para a existência dos agentes que operam nele. Todos esses agentes dependem do território e, portanto, consideram o planejamento como uma necessidade para suas ações. Devido à diversidade de ações e intenções, o planejamento também se torna diversificado. Em outras palavras, o planejamento pode ser (e frequentemente é) objeto de disputa entre diferentes agentes e concepções que estão constantemente em conflito para se consolidarem ou manterem sua hegemonia (Teixeira, 2022).

No mundo da globalização, o espaço geográfico ganha novos contornos, novas características, novas definições. E, também, uma nova importância, porque a eficácia das ações está estreitamente relacionada com a sua localização. Os atores mais poderosos reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros. Numa situação de extrema competitividade como esta em que vivemos, os lugares repercutem os embates entre os diversos atores e o território como um todo revela os movimentos de fundo da sociedade. A globalização, com a proeminência dos sistemas técnicos e da informação, subverte o antigo jogo da evolução territorial e impõe novas lógicas (Santos, 2017, p.79).

À medida que o sistema capitalista favorece concentrações e centralizações, observamos uma transição da cidade do capital concorrencial para a cidade do capital monopolista ou oligopolista. Nas grandes cidades, em particular, surgem verdadeiras metrópoles corporativas, onde o poder público desempenha um papel cada vez mais ativo na produção do espaço urbano. Inicialmente, os principais atores econômicos contribuíram significativamente para a formação do capital geral necessário ao

funcionamento das economias de aglomeração. No entanto, à medida que o poder público assume mais responsabilidades nesse processo, as obras e investimentos passam a beneficiar predominantemente as empresas hegemônicas, em detrimento das demais e da população em geral. Esse direcionamento reflete uma racionalidade capitalista voltada para o aumento do produto nacional e da capacidade de exportação, o que resulta em disparidades territoriais mais acentuadas e uma crescente especulação imobiliária. O Banco Nacional de Habitação, por exemplo, desempenha um papel crucial na formação territorial das cidades corporativas, unificando capitais para grandes investimentos em infraestrutura necessários às grandes empresas. Esse processo, financiado em parte pelo fundo de modernização urbana, facilita a instalação de distritos industriais e reduz as distâncias entre cidades, favorecendo as atividades econômicas hegemônicas em detrimento das demandas sociais mais amplas. Essa dinâmica contribui para a formação das chamadas metrópoles corporativas, focadas principalmente em atender às necessidades das grandes empresas, relegando as questões sociais e outras demandas a uma posição secundária (Santos, 1989).

No cenário contemporâneo, estamos imersos em um mundo marcado pela velocidade e fluidez. Esta fluidez, tanto virtual quanto efetiva, é viabilizada pela presença de sistemas técnicos avançados, especialmente os sistemas de informação, e é aplicada na prática por empresas e instituições hegemônicas. Embora a fluidez seja apresentada como um bem comum, na realidade, apenas alguns agentes têm acesso a ela, tornando-se os verdadeiros detentores da velocidade. Essa dinâmica é influenciada tanto pelas possibilidades técnicas quanto pelas ações políticas empreendidas por instituições públicas, nacionais, internacionais e empresas privadas. Essa velocidade e fluidez permeiam os territórios contemporâneos, criando incompatibilidades entre diferentes velocidades e incentivando os agentes mais velozes a disseminar infraestruturas que facilitem sua atividade. No entanto, essa disseminação seletiva contribui para a compartimentação dos espaços, dividindo-os entre áreas de pressa e lentidão, o que adiciona uma camada adicional de complexidade à compartimentação territorial. Nesse contexto, o mercado globalizado busca expandir-se através de linhas de menor resistência, promovendo a unificação em detrimento da união e reproduzindo suas próprias bases, especialmente a competitividade, através desses espaços fluidos. Essa competição, embora muitas vezes apresentada como entre Estados, é na verdade entre empresas, o que amplia as disparidades de poder e agrava as diferenças de força entre elas. Enquanto isso, o território é instrumentalizado como um meio para exercer essas

diferenças de poder, com cada empresa priorizando seus próprios objetivos em detrimento do entorno econômico, social, político e cultural. Essa lógica de atuação das empresas hegemônicas resulta em adaptações forçadas e distorções significativas no tecido social preexistente, minando até mesmo a solidariedade social em prol de seus interesses próprios (Santos, 2017).

4.1.1 Mudanças no Mundo e a ascensão da informação

A acumulação por espoliação, que se tornou mais acentuada a partir de 1973, é interpretada como um custo necessário para uma ruptura bem-sucedida em direção ao desenvolvimento capitalista, muitas vezes com o apoio substancial do Estado. Essa forma de acumulação tornou-se mais acentuada como uma resposta aos problemas crônicos de sobreacumulação que surgiram na reprodução expandida do sistema econômico. A ascensão da teoria neoliberal e a subsequente política de privatização desempenharam um papel significativo nessa transição, representando uma mudança fundamental no paradigma econômico e político. A privatização, em particular, simbolizou uma abordagem que enfatizava o papel do mercado e reduzia a intervenção do Estado na economia, refletindo uma nova fase na acumulação capitalista e na relação entre o Estado e o capital (Harvey, 2004).

Os anos de 1980 marcam um período de transformações significativas no mercado de consultoria organizacional, caracterizado por mudanças nas formas de atuação e relacionamento com as empresas contratantes, bem como na inserção nos mercados de divulgação e venda de pacotes gerenciais. Durante essa década, houve uma expansão dos espaços de atuação das consultorias, com uma mudança de foco das características funcionais das práticas japonesas para pacotes gerenciais mais abrangentes, como o *Total Quality Management* (TQM). O aumento da informatização dos aspectos administrativos e de produção também impulsionou o crescimento do mercado de consultorias, criando oportunidades para a oferta de serviços de gestão e implementação de tecnologias da informação. A criação da Andersen Consulting em 1989, como parte da divisão de negócios da Arthur Andersen Co., marcou um marco importante nessa evolução, estabelecendo novas formas de composição entre consultores e auditores e impulsionando a polarização entre as accounting firms e as firmas de consultoria em estratégia. A formação das *Big Six Accounting Firms* no final dos anos 1980 consolidou

ainda mais a influência das consultorias no mercado, enquanto surgiam questionamentos sobre a eficácia e ética das práticas de consultoria.

O expressivo crescimento das empresas de consultoria, especialmente a partir dos países anglo-saxões, na década de 1970, foi uma resposta à demanda crescente por informações especializadas em gestão, essenciais para a sobrevivência das empresas globais. Houve uma notável expansão do setor, com a aproximação de gabinetes de auditoria, escritórios de contabilidade, serviços de informática, agências de informação, sociedades de comunicação, bancos e institutos de planejamento econômico, entre outros, com a área de consultoria. Isso evidencia a ampliação significativa do mercado. Além das grandes empresas globais, que operam em escala planetária, surgiram mercados locais prósperos nos quais pequenas empresas oferecem serviços mais personalizados. São Paulo é um exemplo emblemático desse fenômeno, abrigando os escritórios regionais das grandes empresas globais de consultoria, além de uma ampla variedade de pequenas e médias empresas de consultoria, cuja atuação se restringe, na maioria dos casos, ao território nacional (Santos, 2005).

Para compreender melhor a relação entre consultores e empresas, é fundamental analisar as funções das consultorias, que incluem arbitragem de disputas, produção e difusão de conceitos empresariais e implementação de mudanças organizacionais (Donadone, 2010). Para Santos (2017), o domínio maior é da informação:

A informação é centralizada nas mãos de um número extremamente limitado de firmas. Hoje, o essencial do que no mundo se lê, tanto em jornais como em livros, é produzido a partir de meia dúzia de empresas que, na realidade, não transmitem novidades, mas as reescrevem de maneira específica. Apesar de as condições técnicas da informação permitirem que toda a humanidade conheça tudo o que o mundo é, acabamos na realidade por não sabê-lo, por causa dessa intermediação deformante (Santos, 2017, p.66).

Para Santos (2017), a retórica predominante, frequentemente repetida para justificar a redução do papel do Estado, se apoia na flexibilidade necessária para os interesses dos condutores da globalização. Essa flexibilidade é ilustrada de forma clara pelo processo de privatização, evidenciando a voracidade do capital em busca de mais, em uma demanda insaciável por controle e lucro. A ascensão desses capitais globalizados implica na necessidade de adaptação dos territórios às suas exigências de fluidez, muitas vezes resultando em investimentos massivos para reconfigurar a geografia das áreas selecionadas. Como consequência, o Estado se vê com menos recursos disponíveis para atender às necessidades sociais, especialmente em casos de

privatizações controversas, como observado no modelo brasileiro, onde o financiamento de empresas estrangeiras interessadas na aquisição do capital nacional é facilitado. Isso não implica em uma ausência do Estado ou em sua diminuição, mas sim em uma mudança de foco, com uma omissão em relação aos interesses das populações em favor de um fortalecimento e uma presença mais ativa a serviço da economia dominante.

O papel do planejamento não pode ser ocultado em todo esse processo, sobretudo quando influem certas firmas consultoras, de intimidade notória com grandes empresas estrangeiras e nacionais, chamadas a aconselhar os organismos estatais de planificação. O planejamento, por isso mesmo, tem sido uma atividade a reboque, quando utilizado para buscar uma solução casuística para as dificuldades do capital (Santos, 2012, p.132).

A acumulação por espoliação é um conceito chave no entendimento das dinâmicas contemporâneas do capitalismo global. Harvey (2004), argumenta que a acumulação por espoliação representa um processo em que a apropriação de recursos se dá por meio de práticas predatórias, em vez da reprodução ampliada de capital. Isso inclui a privatização de bens públicos, a apropriação de recursos naturais e a subjugação econômica de territórios, com o suporte de instrumentos financeiros e políticos fornecidos pelo Estado. As *Big Four* desempenham um papel fundamental nesse processo, atuando como facilitadoras e intermediárias nos processos de privatização e na implementação de políticas neoliberais que favorecem a concentração de riqueza e a extração de valor de regiões economicamente vulneráveis.

As consultorias, ao gerenciar e processar vastos volumes de informações estratégicas, são capazes de influenciar diretamente as decisões econômicas e políticas de diversos países. As consultorias estão profundamente envolvidas em auditorias, assessoria a privatizações e consultoria estratégica para governos e corporações multinacionais, facilitando a transferência de ativos públicos para o controle privado. Em contextos como o Brasil, sua atuação tem sido crucial em processos de privatização de estatais e na reconfiguração territorial para atender aos interesses do capital global. Ao centralizar a informação e operar nos pontos estratégicos das economias, essas empresas fortalecem um ciclo de espoliação que favorece a acumulação de capital nas mãos de uma elite corporativa global, ao mesmo tempo em que marginalizam os interesses locais e aprofundam as desigualdades socioeconômicas.

Segundo Donadone (2001), as consultorias contribuem para processos de reestruturação econômica, frequentemente em contextos de privatização e reforma institucional, onde o território é reorganizado em função dos interesses do capital global.

Elas exercem influência sobre o planejamento territorial, oferecendo análises especializadas que frequentemente facilitam a concentração de recursos em áreas estratégicas, promovendo uma lógica de exclusão e de aproveitamento desigual dos espaços geográficos.

A atuação dessas empresas reforça a lógica do neoliberalismo, em que o Estado facilita a entrada e expansão dessas corporações por meio de desestatizações e outros mecanismos que intensificam a desigualdade social, como argumenta Donadone (2001), moldando o território de acordo com as necessidades do capital globalizado.

Na emergência da evolução dos processos de articulação dos CCEs, temos as empresas de consultoria como organizadoras dos CEPs de diversos bens em escala global. É dentro deste círculo que atuam as empresas de consultoria e auditoria, que exercem a gestão do processo produtivo em escala global, responsáveis por coordenar informações estratégicas para viabilizar a operação entre as empresas presentes nos diversos territórios.

Atualmente, o mercado de consultoria é dominado pelas chamadas *Big Four* - Deloitte, PwC (antiga PricewaterhouseCoopers), EY (antiga Ernst & Young) e KPMG - que se destacam como líderes globais na prestação de serviços de consultoria, auditoria e assessoria financeira.

O valor informacional não reside simplesmente no dado bruto, mas no tratamento e organização destes dados para expressar um processo produtivo específico, objetivo pelo qual as empresas de consultoria são contratadas. Vejamos alguns exemplos que ilustram essa dinâmica. O Corinthians (clube poliesportivo brasileiro da cidade de São Paulo, capital do estado de São Paulo.), por exemplo, assinou contrato com a KPMG, uma das quatro maiores empresas multinacionais do setor de auditoria, consultoria e assessoria tributária, para auxílio na renegociação de dívidas e na captação de novos recursos. Esta parceria visou viabilizar uma reestruturação do clube, demonstrando como a KPMG utiliza sua expertise para coletar, tratar e organizar dados financeiros de maneira a oferecer soluções estratégicas e práticas para problemas complexos de gestão (Canhedo, 2024).

Outro exemplo significativo é a atuação da antiga Ernst & Young (EY) na reconstrução do Rio Grande do Sul após as enchentes de 2024. A EY foi contratada para mapear as fontes de recursos nacionais e internacionais disponíveis para a reconstrução e determinar formas viáveis de acesso a esses fundos (Junqueira, 2024). Esta tarefa envolve não apenas a coleta de dados sobre potenciais fontes de financiamento, mas

também a organização e interpretação desses dados para desenvolver uma estratégia eficaz de captação de recursos.

Dados esses exemplos, nos é claro que a valorização dos bancos de dados são em verdade informação trabalhada, portanto preenchida de valor (Dantas, 1994; 1999) que se transmuta em grandes corporações mundiais. O exemplo de suas articulações financeiras no território brasileiro demonstra isso.

Um caso notório que destaca a importância do tratamento de dados é o escândalo financeiro envolvendo as Lojas Americanas S.A., onde um rombo de R\$ 20 bilhões foi detectado nas informações contábeis (Scaff, 2023). A PwC, uma das maiores corporações de consultoria e auditoria do mundo, era responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da varejista. Este episódio levantou sérias dúvidas entre investidores sobre a eficácia e a precisão do trabalho realizado pela auditoria, enfatizando como a organização e interpretação dos dados são cruciais para evitar fraudes e inconsistências financeiras.

Esses exemplos sublinham que a verdadeira importância da informação está na capacidade de transformá-la, através de tratamento especializado e organização estratégica, em compreensão e soluções que respondam às necessidades específicas dos processos produtivos para os quais são contratadas as empresas de consultoria.

4.1.2 Tipologia das *Big Four*:

As *Big Four* são reconhecidas mundialmente por oferecer uma ampla gama de serviços profissionais nas áreas de auditoria, consultoria tributária, consultoria estratégica e assessoria em transações de negócios (tabela 2).

Tabela 2: Serviços oferecidos pelas *Big Four*.

| | |
|--|---|
| Auditoria e Asseguração | Auditorias independentes que avaliam e asseguram a qualidade das informações financeiras de seus clientes, utilizando metodologias próprias e tecnologias avançadas. |
| Consultoria Tributária (“Tax”) | Auxiliam os clientes a cumprir suas obrigações fiscais e a lidar com questões tributárias complexas, oferecendo suporte no planejamento tributário e no gerenciamento de riscos fiscais. |
| Consultoria Estratégica e Assessoria em Transações (“Advisory”) | Consultoria estratégica e na assessoria em transações, como fusões e aquisições, oferecendo apoio no planejamento e execução de estratégias empresariais, na gestão de riscos, compliance, e na otimização de performance financeira e operacional. |

| | |
|--|--|
| Fusões e Aquisições | Suporte em processos de fusões e aquisições, desde a estratégia inicial até a conclusão da transação, auxiliando na identificação de oportunidades, avaliação de negócios e na integração pós-aquisição. |
| Venda de Negócios | Assessoria em todas as fases do processo, incluindo a preparação do negócio para venda, a negociação com compradores e a gestão dos aspectos operacionais e financeiros envolvidos na transação. |
| Parcerias e “Joint Ventures” | Serviços de consultoria para a criação e gestão de <i>joint ventures</i> e alianças estratégicas, ajudando na avaliação de opções e na estruturação de parcerias. |
| Consultoria para Empresas Privadas (“Private Enterprise”) | Suporte em áreas como expansão internacional, transição de gestão e venda de negócios, com foco nas necessidades específicas de empreendedores e negócios familiares. |

Fonte: Elaborado pela autora com base em sites oficiais das *Big Four* (2024).

As *Big Four* atuam em uma ampla gama de indústrias, oferecendo serviços especializados que atendem às necessidades específicas de cada setor. Entre as indústrias atendidas estão a gestão de ativos, o setor automotivo, bancos e mercados de capitais, e produtos químicos e tecnologias de desempenho. No setor de consumo, destacam-se as indústrias de consumidor e varejo. Além disso, essas empresas oferecem suporte ao setor de energia, recursos naturais e produtos químicos, serviços financeiros, governo e setor público, assistência médica, e ciências da vida. Outros setores atendidos incluem manufatura industrial, infraestrutura, seguro, meios de comunicação, mineração, capital privado, imobiliário, esporte, tecnologia, e telecomunicações.

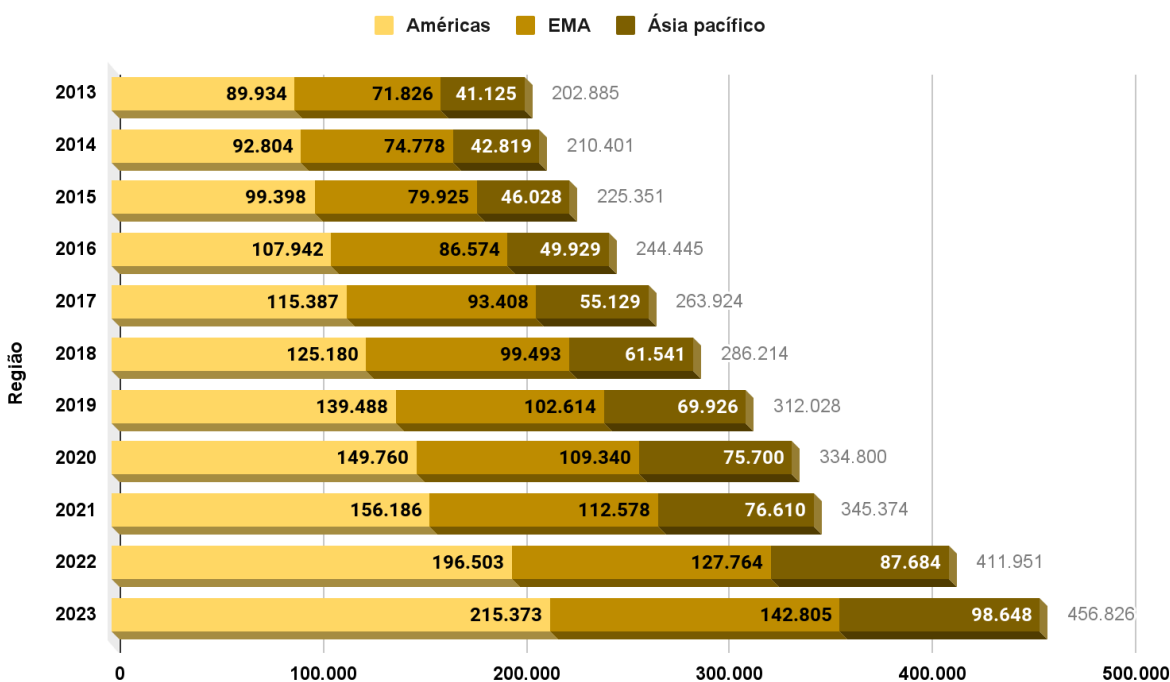
a) Deloitte

A história da Deloitte começou em 1845, quando William Welch Deloitte fundou a empresa com a visão de transformar o setor de contabilidade. Inicialmente uma pequena firma de contabilidade em Londres, Deloitte cresceu para se tornar uma organização global com mais de 415.000 colaboradores (figura 1). Em 1856, Deloitte foi nomeado contador da Great Northern Railway, enfrentando uma grande crise financeira. A empresa rapidamente se envolveu em auditorias importantes e, em 1849, tornou-se o primeiro contador independente de uma empresa pública, a Great Western Railway.

Deloitte também contribuiu para a profissionalização da contabilidade, ajudando a estabelecer normas e servindo em conselhos de organizações contábeis. Após se

aposentar em 1897, a empresa continuou a expandir globalmente, estabelecendo escritórios internacionais e formando alianças com outras firmas, como Haskins & Sells e Touche Ross. A Deloitte evoluiu para uma rede global de firmas associadas (Deloitte, 2024).

Figura 1: Quantidade de colaboradores global da Deloitte.



Fonte: Statista (2024).

Atualmente, durante a era da Quarta Revolução Industrial, a Deloitte está auxiliando organizações governamentais a implementar as mais recentes inovações tecnológicas. Diferentemente dos equipamentos obsoletos, como máquinas de escrever e computadores antigos de décadas passadas, a Deloitte atualmente utiliza blockchain, realidade aumentada e inteligência artificial para otimizar e aprimorar suas operações (Deloitte, 2024)

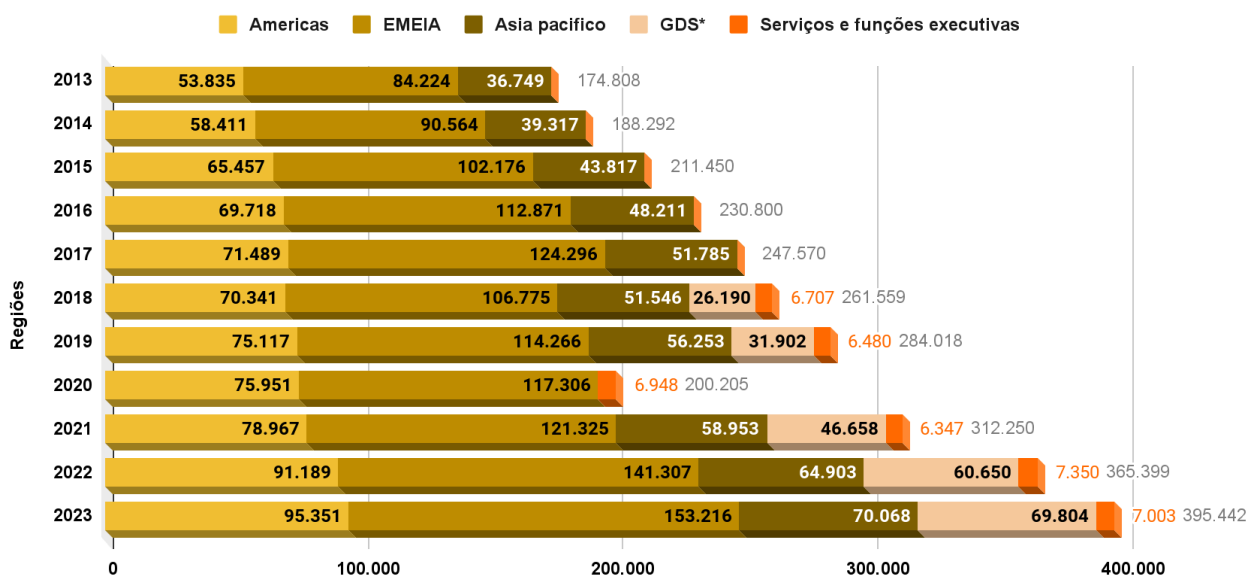
b) EY:

A Ernst & Young (EY) foi formada em 1989 pela fusão entre Ernst & Ernst e Arthur Young & Company. A sigla EY representa a rede global de firmas-membro independentes da EY Global Limited (EYG), uma sociedade de responsabilidade limitada com sede em Londres. A EYG atua como entidade central da organização, promovendo a cooperação entre as firmas-membro e garantindo a adesão às políticas e regulamentos globais, mas

não presta serviços diretos a clientes nem funciona como uma holding central. Cada firma-membro é uma entidade jurídica independente.

A EY conta com cerca de 400 mil colaboradores (figura 2) em todo o mundo e opera em três principais regiões: Américas, EMEIA (Europa, Médio Oriente, Índia e África) e Ásia-Pacífico. Além disso, eles possuem uma rede de “*Global Delivery Services*” (GDS) que é a organização interna de serviços compartilhados da EY, composta por entidades legais de propriedade de diversas firmas-membro da EY; e Firmas-membro da EY em todo o mundo, fornecendo capacidades de suporte às suas equipes de contas de atendimento ao cliente, bem como serviços de suporte de capacitação interna. Inclui também serviço ao cliente e capacitação. Contabilizam também colaboradores que prestam serviços de suporte interno da EY, como liderança Global e de Área; Tecnologia; Talento; Finança; Marca, Marketing e Comunicação; Conhecimento; Mercados; e Gestão de Riscos.

Figura 2: Quantidade de colaboradores global da EY.



Fonte: Statista (2024).

Desde 1º de julho de 2023, a EY unificou suas operações em 18 países da América Latina, consolidando sua atuação em uma única região. Esse novo modelo organizacional integra mais de 25.000 colaboradores distribuídos em países como Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala,

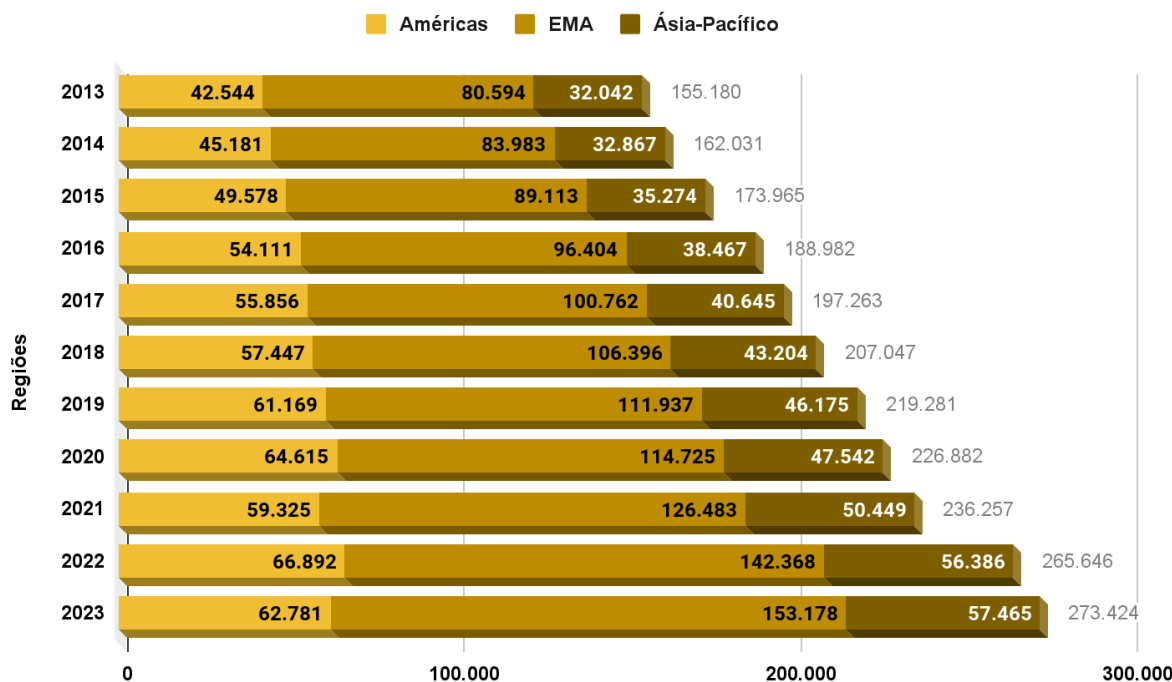
Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Peru, Uruguai e Venezuela.

A carteira de clientes da EY nessa região inclui tanto os principais grupos empresariais locais quanto grandes empresas multinacionais com presença significativa, reforçando seu papel como agente estratégico na dinâmica econômica latino-americana (EY, 2023).

c) KPMG

A KPMG teve sua origem na fusão de duas das maiores redes de firmas de serviços profissionais do mundo, a Peat Marwick International e a Klynveld Main Goerdeler. Essa união, concretizada em 1987, resultou na integração de suas respectivas firmas-membro em uma única rede global. Rede global esta, que é formada por empresas independentes que oferecem serviços profissionais para uma vasta gama de clientes, desde grandes corporações e governos até startups e organizações do terceiro setor. Em 2023, a organização possuía aproximadamente 275 mil profissionais globalmente (figura 3).

Figura 3: Quantidade de colaboradores global da KPMG.

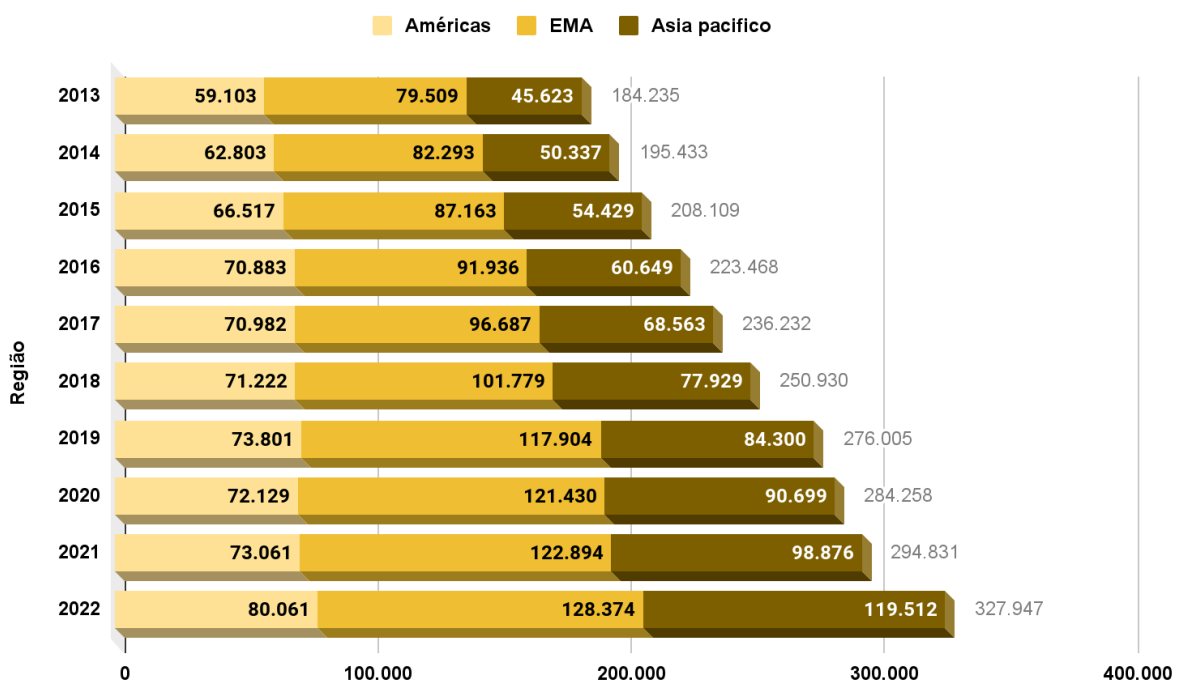


Fonte: Statista (2024).

d) PwC:

A trajetória da PwC é marcada por marcos históricos como a fundação em 1849, a fusão com Waterhouse em 1865 e a expansão internacional em 1906. A união com a Coopers & Lybrand em 1998 foi um divisor de águas, consolidando a empresa como uma potência global. A adoção da marca PwC em 2010 completou esse processo de transformação. Nos últimos dados encontrados em anuários, a empresa global possui aproximadamente 320 mil funcionários (figura 4).

Figura 4: Quantidade de colaboradores global da PwC.



Fonte: Statista (2024).

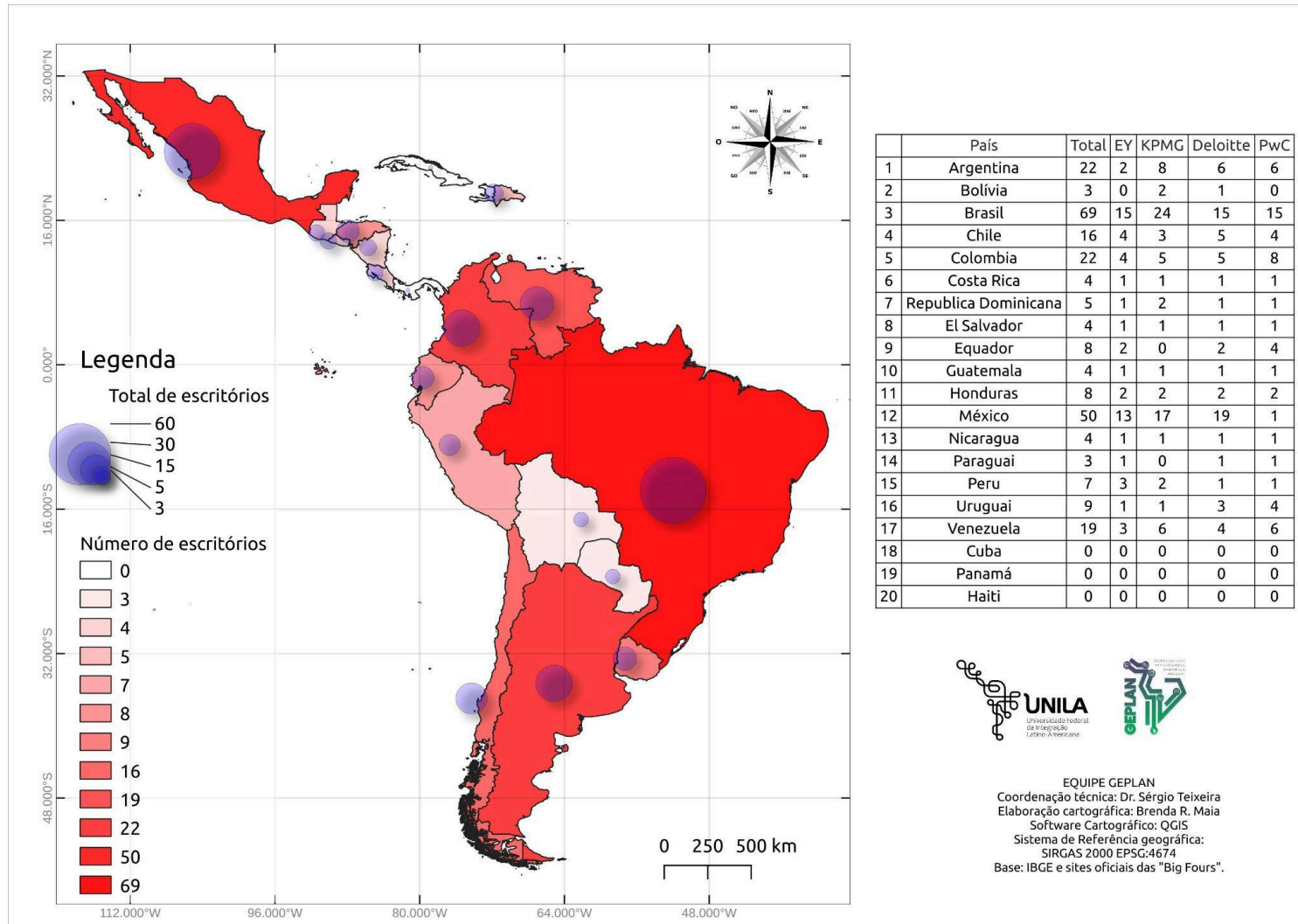
4.1.3 Topologias das *Big Four*.

Na América Latina, as *Big Four* estão presentes na maioria dos países, com exceção do Haiti, Panamá e Cuba (figura 5). Essas consultorias globais concentram seus escritórios principalmente no Brasil e no México, o que reflete a importância estratégica desses países como centros econômicos e de influência regional.

A eficácia dessas grandes empresas está diretamente relacionada à sua capacidade de se posicionarem em locais-chave ao redor do mundo, estrategicamente escolhidos para permitir que exerçam influência tanto sobre mercados locais quanto

globais. Esses pontos estratégicos, que formam verdadeiras redes de comando e controle, permitem que as corporações influenciem outras regiões diretamente ou por meio de parcerias e subsidiárias. Ao contrário de uma ocupação geográfica contínua, a ação dessas empresas é caracterizada por uma continuidade temporal, onde sua influência e poder se mantêm através do tempo, independentemente de uma presença física extensa e contínua.

Figura 5: Mapa de localização dos escritórios das *Big Four* na América Latina.



Fonte: Relatórios anuais da PwC (2013 a 2022).



EQUIPE GEPLAN
 Coordenação técnica: Dr. Sérgio Teixeira
 Elaboração cartográfica: Brenda R. Maia
 Software Cartográfico: QGIS
 Sistema de Referência geográfica:
 SIRGAS 2000 EPSG:4674
 Base: IBGE e sites oficiais das "Big Fours".

Nesse processo, a criação de subespaços surge como um fenômeno central. Esses subespaços são moldados por uma nova regionalização, resultado da concentração de atividades homogêneas ou da integração de diversas atividades em uma mesma região. Este modelo de organização espacial forma áreas contínuas que representam uma atualização do conceito tradicional de "região", adaptado às demandas do capitalismo contemporâneo e globalizado. Além disso, um segundo tipo de recorte espacial emerge, sendo caracterizado pela interconexão de pontos de apoio corporativos no processo produtivo. Esses pontos estão conectados em uma rede que engloba locais estratégicos dedicados à produção, comercialização, controle da informação e regulação (Santos, 2012).

Nesse contexto, a informação desempenha um papel fundamental. A capacidade de gerenciar, controlar e compartilhar informações estratégicas se tornou importante para que essas corporações mantenham sua vantagem competitiva no mercado global. As grandes empresas não apenas dominam a produção e comercialização de bens e serviços, mas também exercem controle sobre os fluxos de informação, utilizando-os como ferramentas de consolidação de poder. Em particular, o Brasil e o México, por abrigarem as maiores economias da América Latina, tornam-se centros de articulação dessas redes, com forte influência nas dinâmicas regionais e globais.

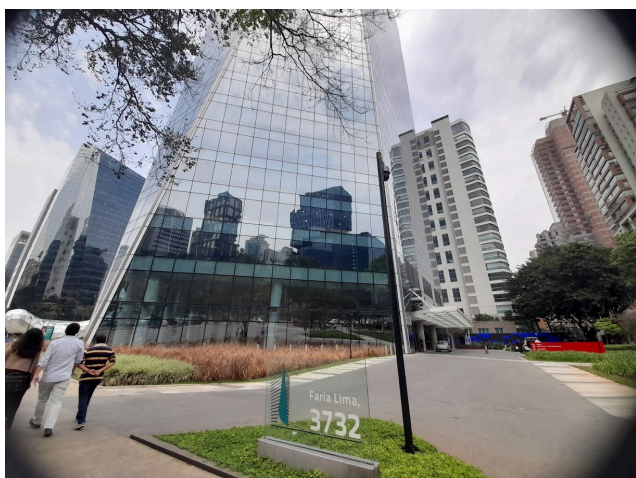
Essa dominação informacional permite que as corporações globais, como as *Big Four*, moldem os mercados de acordo com seus interesses, influenciando políticas públicas, decisões econômicas e a estruturação do espaço urbano e regional. A ação espacial dessas grandes corporações, portanto, vai muito além da simples presença física: envolve a criação de redes de comunicação e informação que conectam pontos estratégicos globalmente, permitindo um controle cada vez mais centralizado sobre os processos de produção, distribuição e consumo (Santos, 2012). Tal controle solidifica sua posição no cenário econômico mundial, ao mesmo tempo em que reforça as disparidades e as desigualdades territoriais, especialmente em regiões como a América Latina, onde essas empresas concentram sua atuação em polos econômicos de maior relevância, como Brasil e México, enquanto deixam outras regiões periféricas à margem do desenvolvimento e da modernização.

4.1.4 Centralidade, exemplo São Paulo e Buenos Aires

Uma das marcas mais visíveis da presença das *Big Four* é sua concentração espacial em espaços urbanos estritamente corporativos. Em metrópoles regionais como São Paulo/Brasil e Buenos Aires/Argentina, essa presença não é dispersa: predomina em eixos e bairros que reúnem infraestruturas financeiras, escritórios centrais de empresas multinacionais, instituições de serviço e redes técnicas, do qual se organizam fluxos de gestão, conhecimento e decisão.

No caso de São Paulo, observa-se que os principais escritórios das *Big Four* concentram-se em áreas de altíssima densidade corporativa, compondo um contínuo urbano marcado por centralidade técnico-científica e intensa circulação informacional. As quatro imagens a seguir (Figuras 6 a 9) ilustram esta distribuição espacial, evidenciando como cada consultoria se insere estrategicamente em pólos empresariais específicos.

Figuras 6 a 9 — Respectivamente: sede da PwC na Avenida Brigadeiro Faria Lima; edifício da Deloitte na Avenida Dr. Chucri Zaidan; torre corporativa da EY na Avenida Juscelino Kubitschek; e sede da KPMG na Rua Verbo Divino, todas localizadas em polos de alta densidade empresarial na cidade de São Paulo.

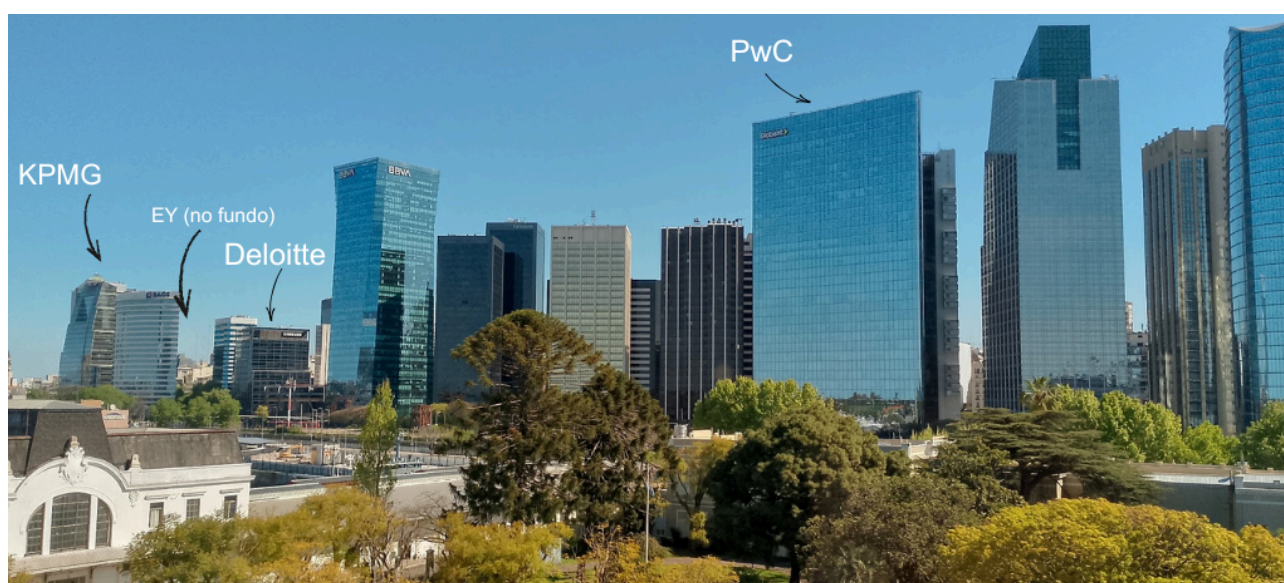


Fonte: da autora, 2024.

Nas imagens (Figuras 6 a 9) observa-se a localização estratégica dos escritórios das *Big Four* em São Paulo. A PwC (Figura 6) está instalada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, endereço emblemático do centro financeiro da cidade. A Deloitte (Figura 7) ocupa o edifício Golden Tower na Avenida Dr. Chucri Zaidan faz parte de um eixo corporativo moderno, enquanto a EY (Figura 8) está sediada na Torre Norte da Avenida Juscelino Kubitschek (Itaim Bibi). Por fim, a KPMG (Figura 9) se localiza na Rua Verbo Divino, Chácara Santo Antônio. Essa distribuição confirma que essas empresas escolhem edifícios em áreas que combinam alta conectividade, serviços avançados e infraestrutura técnico-científica, reforçando a lógica de centralidade funcional e informacional.

Em Buenos Aires/Argentina observa-se um padrão análogo: as sedes das consultorias concentram-se em trechos do Microcentro e em edifícios empresariais de alta representatividade (por exemplo, escritórios da PwC e da KPMG em edifícios da Bouchard/avenidas centrais; endereços da EY no eixo 25 de Mayo; e sedes da Deloitte em polos tecnológicos corporativos), locais que articulam instituições financeiras, tribunais comerciais e corredores de serviços avançados. Essa proximidade espacial entre escritórios de consultoria reduz custos de coordenação interorganizacional e facilita a circulação de informação estratégica entre atores empresariais e institucionais (figura 10).

Figura 10: Vista panorâmica da localização dos escritórios das *Big Four* em Buenos Aires/Argentina.



Fonte: da autora, (2024).

Do ponto de vista teórico, essa concentração confirma e atualiza no campo da geografia crítica a ideia de centralidade como produção social do espaço. Autores clássicos e contemporâneos demonstram como a centralidade não é estrutura neutra: ela é produzida e reproduzida por decisões técnicas, políticas e econômicas que selecionam lugares para o acúmulo de capacidades e infraestrutura (Santos, 2002; Raffestin 1993; Castells, 1999). A escolha de local por essas corporações é, portanto, estratégica: não se limita à visibilidade mercadológica, mas busca inserir a firma nos circuitos que garantem acesso rápido a recursos informacionais, a redes profissionais qualificadas e a infraestruturas de conectividade e serviços.

A centralidade aqui é também centralidade informacional, um ponto nodal do meio técnico-científico-informacional onde se concentra tratamento, circulação e coordenação de dados e decisões. (Teixeira, 2022).

Essa configuração espacial tem implicações práticas e simbólicas para a compreensão do poder informacional. A proximidade física entre sedes corporativas e nós de decisão facilita a formação de círculos de cooperação e reprodução técnica (fornecendo consultoria, auditoria, assessoria em privatizações e integração com bancos de dados privado-estatais), e reforça a capacidade dessas empresas de influenciar arranjos territoriais e políticas públicas sem necessariamente ocupar posições formais de governo. Em contexto latino-americano, onde a infraestrutura pública de dados frequentemente é frágil, a localização concentrada das *Big Four* em centros tecnológicos e financeiros reforça a assimetria entre quem produz/processa informação e quem detém a infraestrutura pública de governança informacional, condição que, somada ao avanço das plataformas digitais, contribui para formas complexas de dependência informacional.

4.2 A ERA DAS PLATAFORMAS E O COLONIALISMO DIGITAL

Lemos et. al (2024), realizaram uma análise exploratória do Portal de Periódicos da CAPES que demonstrou que o tema “soberania digital”, embora amplamente discutido em espaços públicos digitais, ainda carece de maior atenção na literatura acadêmica. Foram encontrados apenas oito artigos relevantes, com uma distribuição de foco entre estudos de caso regionais (União Europeia, Brasil, América Latina) e uma abordagem global. Cabe portanto a este estudo, o caso regional da América Latina, ao qual conceitua

Assim, por soberania digital entendemos as diversas formas de independência, controle e autonomia sobre as infraestruturas digitais, tecnologias e dados (Couture & Toupin, 2018). De modo complementar, Pohle & Thiel (2020) sustentam que a soberania digital é uma categoria

chave no que se refere ao digital, porque busca reinstalar o estado-nação por meio da economia e dos cidadãos, razão pela qual é um conceito central na governança global das infraestruturas digitais e no desenvolvimento das tecnologias associadas a elas. (tradução livre) (Guerra González; Suárez Estrada; Cerratto-Pargman, 2022, p. 229). (Lemos; *et al*, 2024, p. 7)

Para Silveira (2023), a soberania digital reside no controle efetivo das infraestruturas essenciais para o desenvolvimento tecnológico e informacional. Esse controle impulsiona o avanço da inteligência local. Paralelamente, a soberania de dados assegura a capacidade de controlar e proteger os dados cruciais para o desenvolvimento tecnológico, assim como o *Colonialismo Digital*, onde essa prática é uma das manifestações concretas do atual momento do capitalismo:

[...] as “veias abertas” do Sul Global de Eduardo Galeano são as “veias digitais” que cruzam os oceanos, conectando um ecossistema tecnológico de propriedade e controlado por um punhado de corporações baseadas principalmente nos EUA. Alguns dos cabos de fibra óptica transoceânicos são equipados com fios de propriedade ou alugados por empresas como Google e Facebook para promover sua extração e monopolização de dados. O maquinário pesado de hoje são os farms de servidores em nuvem dominados pela Amazon e pela Microsoft que são usados para armazenar, agrupar e processar big data, proliferando como bases militares para o império dos EUA (KWET, 2021 apud Lippold; Faustino, 2022, p.59).

Dentro de uma concepção mais ampla de soberania digital, surge um desdobramento técnico essencial: a chamada "soberania de dados". Esse conceito diz respeito à capacidade dos Estados de manter controle sobre as infraestruturas, instituições e mecanismos voltados à proteção de informações, abrangendo criptografia, segurança digital e gestão de acessos a dados sensíveis. Essa perspectiva revela uma evolução na noção tradicional de soberania estatal, que antes se baseava no domínio físico sobre eventos e relações dentro de seu território. No contexto digital, essa soberania se expande para abranger não apenas as infraestruturas da internet e o fluxo de dados entre plataformas digitais, mas também as interações no ciberespaço, sejam elas entre usuários, consumidores, detentores de dados pessoais ou cidadãos de um determinado país (Polido, 2024).

Segundo Lippold e Faustino (2022), o avanço das grandes corporações no setor digital tem levado a uma concentração sem precedentes de poder sobre infraestruturas estratégicas, incluindo o desenvolvimento de aplicativos, serviços de computação em nuvem e a gestão massiva de dados. Esse domínio consolidado por um pequeno grupo de empresas não apenas restringe a concorrência e limita a autonomia dos países e

usuários, mas também amplia as formas de exploração econômica. Longe de representar uma transformação que descentraliza o controle, esse fenômeno aprofunda e diversifica os mecanismos de apropriação do trabalho e do conhecimento, convertendo a coleta e análise de dados em um elemento central da acumulação de capital na era digital.

4.2.1 Panorama dos Bancos de Dados Estatais na América Latina

A soberania digital enfrenta desafios significativos na América Latina, principalmente devido à concentração das infraestruturas tecnológicas nas mãos de grandes corporações estrangeiras. No entanto, alguns países já buscam alternativas para reduzir essa dependência e fortalecer seu controle sobre dados estratégicos.

A discussão sobre soberania digital e soberania de dados ganha contornos ainda mais concretos quando se observa a realidade das infraestruturas digitais governamentais na América Latina. Os bancos de dados estatais, responsáveis pela coleta, armazenamento e gestão de informações estratégicas, representam elementos fundamentais para que os países possam exercer efetivamente o controle sobre seus dados sensíveis e reduzir a dependência de corporações estrangeiras.

Neste contexto, é essencial analisar como cada país da região tem estruturado suas plataformas e instituições dedicadas ao gerenciamento dessas bases de dados, a fim de compreender as capacidades e desafios enfrentados para assegurar a autonomia tecnológica e a proteção dos dados públicos. A seguir, apresentamos um panorama dos principais bancos de dados estatais em países da América Latina, evidenciando os níveis de acesso, e abrangência temática.

A análise da qualidade e acessibilidade dos bancos de dados estatais na América Latina é fundamental para compreender o nível de soberania digital e transparência dos países da região. Para isso, este estudo desenvolveu um índice sintético de nível de acesso aos dados públicos, com foco em oito áreas temáticas essenciais: estatísticas, economia, saúde, educação, meio ambiente, dados abertos, energia e aeroportos.

A figura 11 a seguir apresenta a distribuição dos níveis de acesso, Bom, Médio, Limitado e Ausente, aos bancos de dados estatais em 20 países da América Latina, considerando oito áreas temáticas estratégicas: estatísticas, economia e finanças, saúde, educação, meio ambiente e geografia, dados abertos, energia e infraestrutura aeroportuária.

Figura 11: Nível de Acesso aos Bancos de Dados Públicos na América Latina

| Pais | Estatísticas Gerais | Economia e Finanças | Saúde | Educação | Meio Ambiente | Dados Abertos | Energia | Aviação |
|----------------------|---------------------|---------------------|----------|----------|---------------|---------------|--------------|----------|
| Argentina | Bom | Bom | Médio | Médio | Médio | Bom | Bom | Bom |
| Bolívia | Médio | Médio | Limitado | Limitado | Ausente | Médio | Médio | Médio |
| Brasil | Bom | Bom | Bom | Bom | Bom | Bom | Bom | Bom |
| Chile | Médio | Bom | Bom | Bom | Bom | Bom | Bom | Bom |
| Colômbia | Médio | Bom | Médio | Médio | Bom | Bom | Bom | Médio |
| Costa Rica | Médio | Bom | Médio | Médio | Médio | Médio | Indisponível | Limitado |
| Cuba | Limitado | Limitado | Limitado | Limitado | Ausente | Limitado | Limitado | Limitado |
| Haiti | Limitado | Limitado | Limitado | Limitado | Ausente | Limitado | Limitado | Limitado |
| Equador | Médio | Médio | Médio | Médio | Médio | Médio | Médio | Médio |
| El Salvador | Médio | Médio | Médio | Médio | Médio | Médio | Médio | Limitado |
| Guatemala | Médio | Médio | Médio | Médio | Médio | Médio | Médio | Médio |
| Honduras | Médio | Médio | Limitado | Limitado | Ausente | Limitado | Limitado | Limitado |
| México | Bom | Bom | Bom | Bom | Bom | Bom | Bom | Bom |
| Nicarágua | Médio | Médio | Limitado | Limitado | Ausente | Limitado | Limitado | Limitado |
| Panamá | Médio | Médio | Médio | Médio | Médio | Médio | Médio | Médio |
| Paraguai | Médio | Médio | Médio | Médio | Médio | Médio | Médio | Médio |
| Peru | Médio | Bom | Médio | Médio | Bom | Bom | Médio | Médio |
| República Dominicana | Médio | Bom | Médio | Médio | Médio | Médio | Médio | Médio |
| Uruguai | Médio | Bom | Médio | Médio | Médio | Bom | Médio | Médio |
| Venezuela | Limitado | Limitado | Limitado | Limitado | Ausente | Limitado | Limitado | Limitado |

Fonte: da autora, 2025.

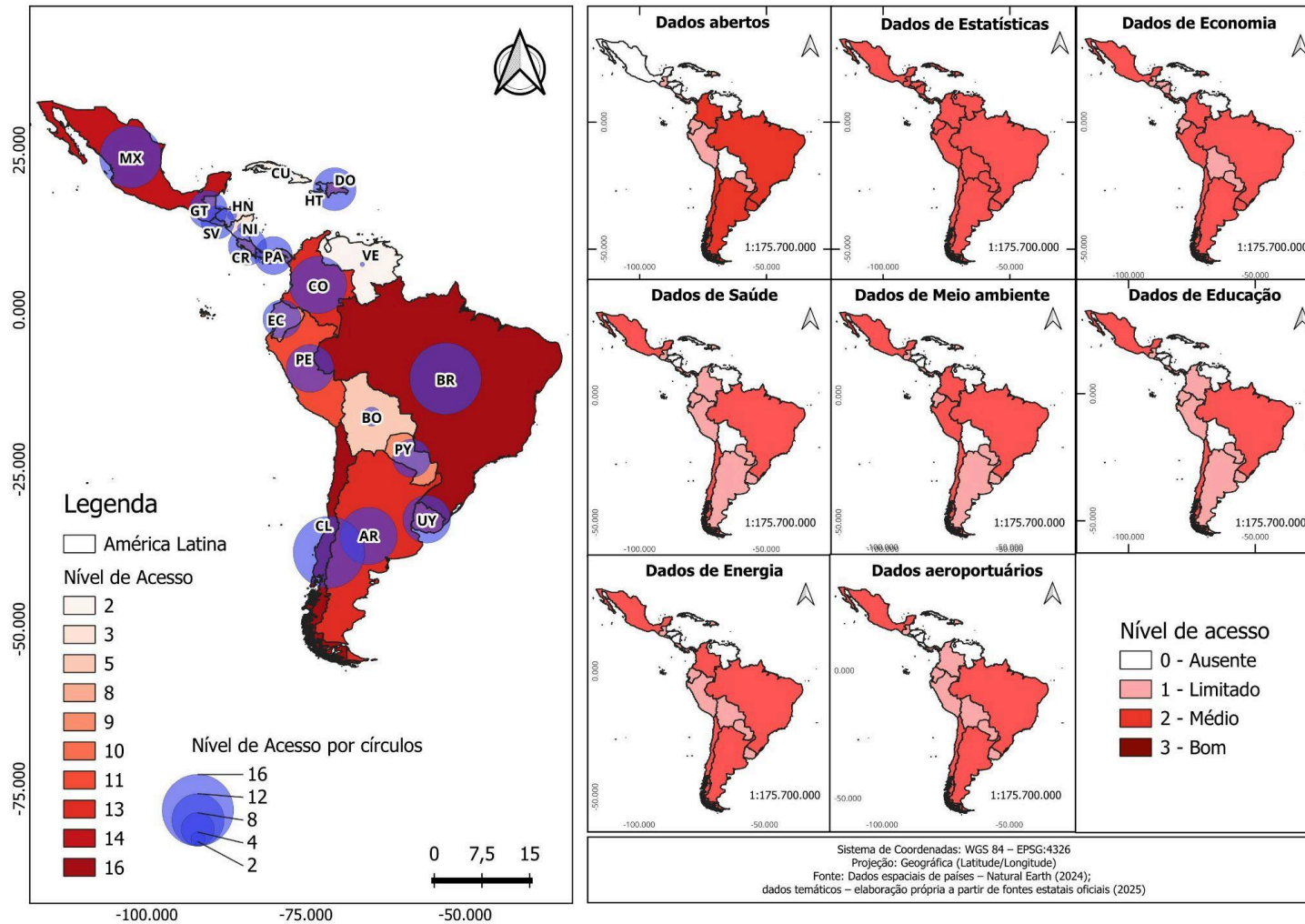
Cada célula representa a avaliação qualitativa do acesso em determinada área temática por país, com base nos critérios estabelecidos na metodologia deste estudo. O objetivo da figura é possibilitar uma leitura transversal do panorama regional, permitindo identificar em quais setores os países apresentam maior maturidade na gestão de dados públicos, bem como os principais vazios informacionais.

Essa representação oferece subsídios para compreender os diferentes níveis de avanço na consolidação de políticas de dados abertos e soberania digital, facilitando a comparação entre países e o planejamento de iniciativas de cooperação e fortalecimento institucional na região.

Os resultados do índice sintético de acesso aos bancos de dados estatais revelam disparidades significativas entre os países da América Latina no que se refere à infraestrutura digital estatal, à transparência pública e à capacidade de gestão autônoma dos dados estratégicos. A análise comparativa evidencia que poucos países concentram pontuações mais elevadas, indicando níveis mais altos de maturidade institucional, cobertura temática e acessibilidade aos dados públicos. Neste grupo destacam-se Brasil, México, Chile e Colômbia, que demonstram uma estrutura relativamente consolidada de produção e disseminação de dados em múltiplos setores, reflexo de investimentos institucionais contínuos, políticas públicas voltadas à digitalização e presença de órgãos técnicos especializados.

O mapa (figura 12), que representa o panorama da acessibilidade aos dados estatais nos países latino-americanos revela contrastes significativos entre as nações da região. Destacam-se países como Chile, Uruguai e México, que apresentam níveis elevados de abertura e usabilidade dos dados públicos, refletindo políticas de transparência mais consolidadas. Em contrapartida, países como Venezuela, Haiti e Honduras evidenciam limitações profundas na publicação, atualização e acessibilidade dos dados estatais, o que sinaliza não apenas a precarização da gestão informacional, mas também possíveis restrições de ordem política e institucional.

Figura 12: Mapa de Nível de Acesso aos Bancos de Dados Públicos na América Latina (2025).



Fonte: da autora, baseado em plataformas oficiais dos países da América Latina, 2025.

Esse padrão espacial evidencia a desigualdade regional em termos de soberania informacional. A fragmentação das infraestruturas digitais estatais, associada à ausência de políticas nacionais integradas de dados, agrava a dependência externa e compromete a capacidade de planejamento autônomo. Além disso, observa-se que a presença de dados em plataformas dispersas ou sob domínio privado compromete a interoperabilidade e dificulta sua apropriação pública. A concentração dos melhores índices em países com maior inserção nos mercados globais de tecnologia reforça a tese de que a soberania digital está intimamente ligada à inserção desigual da América Latina na divisão internacional do trabalho informacional.

Em contraste, países como Haiti, Nicarágua, Venezuela e Cuba figuram nas últimas posições do índice, com pontuações reduzidas ou ausência total de dados em diversas áreas. Esse resultado demonstra restrições técnicas e institucionais, e também aponta para cenários de apagamento informacional, onde a opacidade no acesso aos dados compromete a transparência, o controle social e o planejamento baseado em evidências.

Essas desigualdades configuram uma verdadeira geopolítica da informação, em que o acesso ao dado público torna-se também um indicador de soberania e de capacidade estatal. Países que concentram maior acesso possuem mais chances de proteger suas infraestruturas digitais, desenvolver serviços públicos baseados em dados, promover inovação local e resistir à dependência de soluções estrangeiras. Por outro lado, aqueles com acesso limitado ou inexistente tendem a se inserir de forma subordinada no circuito infodigital, dependendo de plataformas, tecnologias e repositórios controlados por empresas transnacionais configurando o que autores como Lemos (2024) e Kwet (2021) denominam de colonialismo digital.

Além disso, a fragmentação e ausência de padronização nos bancos de dados estatais dificultam a construção de Infraestruturas de Dados Espaciais (IDE) em escala regional, comprometendo a integração de políticas públicas transfronteiriças, como as voltadas para meio ambiente, saúde, migrações ou infraestrutura energética. Nesse contexto, o desenvolvimento de uma governança regional de dados baseada em cooperação técnica, políticas de dados abertos e infraestrutura pública soberana deveria ser tratado como prioridade estratégica para fortalecer a autonomia dos países latino-americanos frente às dinâmicas globais de extração e monopolização de dados.

A concentração dos melhores níveis de acesso nos países com maior peso geopolítico e econômico da região também sinaliza que a soberania digital não pode ser pensada isoladamente como uma escolha técnica ou jurídica, mas está profundamente vinculada à capacidade de investimento estatal, à formação de quadros técnicos, à vontade política e ao modelo de inserção econômica no capitalismo informacional.

Por fim, os dados mostram que, embora iniciativas importantes existam em alguns países como a atuação da RNP e do Serpro no Brasil ou o IDE Energia no Chile, ainda há um longo caminho para garantir infraestruturas informacionais democráticas, interoperáveis e reguladas por instituições públicas, especialmente quando o acesso à informação se torna um campo de disputa geopolítica e econômica global.

4.3 O DESLOCAMENTO DO PODER INFORMACIONAL

A reestruturação recente do capitalismo evidencia um deslocamento do poder informacional que, ao longo do século XX, esteve concentrado em corporações financeiras, consultorias e empresas de auditoria e, nas últimas duas décadas, migrou progressivamente para conglomerados tecnológicos responsáveis por operar plataformas digitais, infraestruturas de dados e sistemas de inteligência artificial. Essa transformação decorre da centralidade crescente que a informação, o processamento algorítmico e o controle das infraestruturas digitais assumem na dinâmica de reprodução do capital e na governança global contemporânea.

No modelo tradicional, as *Big Four* exerciam influência por meio da intermediação técnico-contábil, ocupando posição estratégica na certificação dos fluxos financeiros, na análise de riscos e na orientação de grandes corporações e Estados. Seu poder derivava da expertise, da confiança institucional e da capacidade de padronizar práticas econômicas globais. Contudo, como demonstra Srnicek (2016), o advento das plataformas digitais alterou de modo estrutural os fundamentos da acumulação, criando um ambiente em que o controle dos dados e da infraestrutura informacional tornou-se mais determinante do que a intermediação financeira clássica.

As plataformas, enquanto modelos organizacionais, funcionam como infraestruturas essenciais para a circulação de informação, serviços e interações sociais, operando não apenas como empresas, mas como arquiteturas técnicas sobre as quais atividades econômicas inteiras passam a depender (Srnicek, 2016). Nesse contexto, as *Big Techs* não apenas coletam e processam dados em escala planetária, mas

estabelecem padrões, protocolos, mediações e regras que configuram o funcionamento das redes. Como afirma Van Dijck (2018), plataformas como Google, Amazon e Meta constituem “infraestruturas de conectividade” que passam a substituir instituições tradicionais na organização de atividades sociais fundamentais.

Essa transição representa o que Dantas (2022) denomina de nova etapa da valorização da informação, em que o valor não se encontra mais no conteúdo informacional em si, mas na capacidade de processar fluxos massivos de dados e convertê-los em previsibilidade e controle. Trata-se, como analisa Faustino (2023), de uma acumulação primitiva de dados, um processo de expropriação contínua das informações produzidas pelos indivíduos e instituições que alimentam, involuntariamente, as infraestruturas corporativas das *Big Techs*. O poder informacional deixa, portanto, de ser técnico e interpretativo para tornar-se estrutural e totalizante, fundado na posse das redes e na monopolização dos fluxos.

Esse processo resulta em uma nova centralidade do poder, que deixa de estar associada à capacidade de certificar informações financeiras, papel desempenhado pelas *Big Four*, para concentrar-se na capacidade de extrair, ordenar, prever e modular comportamentos. De acordo com Zuboff (2019), trata-se da consolidação do capitalismo de vigilância, no qual as *Big Techs* converte dados comportamentais em predição comercializável, criando um tipo de poder instrumental que supera tanto a regulação estatal quanto o escopo corporativo clássico. O poder informacional desloca-se, portanto, do diagnóstico para a antecipação, da auditoria para a intervenção algorítmica.

Sob essa perspectiva, o que está em jogo é a formação de uma infraestrutura planetária que Bratton (2016) denomina “*The Stack*”, composta por camadas integradas de computação em nuvem, sensores, data centers, padrões de interoperabilidade e sistemas de IA. Tais camadas redefinem fronteiras, escalas e territorialidades, produzindo uma geopolítica que não segue mais exclusivamente a lógica dos Estados nacionais ou do capital financeiro, mas a lógica dos serviços digitais e dos ambientes computacionais distribuídos. As *Big Techs* operam como entidades transnacionais que articula e condicionam fluxos globais, acumulando funções antes restritas ao setor público ou a grandes consultorias internacionais.

Esse deslocamento de poder se explica também a partir da perspectiva da sociedade em rede formulada por Castells (1999). Na medida em que os fluxos informacionais tornam-se a estrutura dominante da economia global, o poder passa a residir nos nós estratégicos da rede, e esses nós são hoje ocupados pelas plataformas

digitais. É nelas que se concentram a capacidade de processamento, a ordenação dos fluxos e a definição das arquiteturas que organizam a vida social e econômica. De instituições certificadoras, avança-se para instituições que governam infraestruturas de comunicação, tornando-se centrais para o próprio funcionamento do sistema.

A partir da leitura de Santos (2002), esse movimento pode ser interpretado como uma reconfiguração do meio técnico-científico-informacional, no qual novas materialidades, data centers, cabos submarinos, serviços em nuvem, redes de telecomunicação, articulam-se às racionalidades corporativas das *Big Techs*, transformando profundamente o território. Em vez de depender das consultorias da *Big Four*, empresas, governos e indivíduos tornam-se dependentes das infraestruturas digitais operadas pelas plataformas, que passam a mediar desde transações econômicas até interações cotidianas.

Assim, o deslocamento do poder informacional não representa uma substituição linear entre agentes econômicos, mas uma reorganização hierárquica e funcional do poder no capitalismo contemporâneo, marcada pela coexistência e pela articulação entre diferentes formas de comando. As *Big Four* não perdem sua relevância nem deixam de exercer influência estratégica; ao contrário, mantêm papel central na intermediação técnico-financeira, na certificação de fluxos econômicos e na produção de normas corporativas globais. No entanto, observa-se que a dianteira estrutural do poder informacional passa a ser ocupada pelas *Big Techs*, cuja capacidade de controlar plataformas, dados e infraestruturas digitais redefine os centros hegemônicos de comando da economia global.

Nesse arranjo, as *Big Techs* concentram o controle sobre os fluxos informacionais, os ambientes digitais e os sistemas de predição e modulação comportamental, enquanto as *Big Four* atuam de forma complementar, adaptando-se às novas lógicas da economia digital e frequentemente operando em associação com as plataformas tecnológicas. O poder, portanto, não é transferido, mas reordenado, produzindo uma hierarquia em que as plataformas digitais ocupam posição dominante na definição das arquiteturas técnicas, regulatórias e territoriais do capitalismo contemporâneo.

Nesse cenário, o Estado latino-americano se vê limitado em sua capacidade de governar os próprios fluxos informacionais. A ausência de políticas robustas de soberania digital e a fragilidade das infraestruturas públicas de dados colocam os países da região em posição periférica na geopolítica global da informação. A dependência das

plataformas estrangeiras implica não apenas a transferência contínua de valor econômico, mas também o enfraquecimento da autonomia decisória estatal, da proteção da privacidade dos cidadãos e da segurança informacional e territorial.

5. CONCLUSÃO

A análise desenvolvida demonstrou que a transformação do papel dos dados no capitalismo contemporâneo produziu uma reconfiguração profunda das relações de poder. A passagem da centralidade das *Big Four*, intermediárias técnico-financeiras, para a expansão das *Big Techs*, detentoras da infraestrutura material e lógica dos fluxos informacionais, representa mais do que uma mudança institucional: trata-se de uma mutação estrutural na economia política da informação.

A Globalização em sua face geopolítica revela-se por meio das articulações que Estado e empresas fazem da produção. Nela, as cidades são os pontos nodais das articulações da produção mundializada. Circuitos esses que atravessam a escala das formações socioespaciais (Santos, 1997), promovendo suas ordens e impondo dinâmicas intra urbanas por meio da violência de suas ordens. Nelas, se refazem escolhendo pontos nas cidades que se articulam por seus conteúdos de técnica e informação. Nos pontos de maiores densidades, a produção e as ordens se impregnam nos territórios das zonas de rarefação, sendo assim assumidas por consumos diferenciados.

As áreas em que predominam o circuito superior são protegidas, esparsas, ricas e praticadas por consumo da alta classe. No circuito inferior predomina o baixo consumo e a informalidade como maneira de escapar da escassez. Dessa forma, as decorrências do avanço do capital sobre o território por meio das infraestruturas digitais são sentidas de maneira mais aguda na América Latina, onde a dependência tecnológica aprofunda as desigualdades socioespaciais preexistentes.

É no circuito superior que o planejamento acontece, detentores dos dados organizacionais (Mattelart, 2001; Tomelin, 1998) são trabalhados na produção da informação do planejamento territorial. Até o começo do século XXI essas informações eram trabalhadas e organizadas por grandes empresas de consultoria estratégicas. Elas formavam um mercado restrito, com bancos de dados robustos. Porém, o circuito espacial da informação foi modificado no último período, por meio do aumento e da importância da matéria prima da informação: **os dados**. Essa evidência levou à profusão de análises que buscaram no armazenamento de dados as explicações da dominação, porém, aqui se teve uma ilusão do que realmente acontecia. O que nos vale uma explicação ainda que rápida, importante.

O avanço das tecnologias da informação transformou o processamento de dados em um elemento estratégico central do capitalismo contemporâneo. A partir da

consolidação de infraestruturas de produção, armazenamento e processamento em larga escala, as empresas de plataforma, conhecidas como Big Techs, passaram a concentrar o controle de volumosas massas de dados, que constituem a base informacional de seus serviços. Plataformas como Uber, iFood e outras não apenas utilizam dados como insumo, mas organizam sua própria lógica de funcionamento a partir da produção, circulação e exploração da informação.

Esse movimento evidencia a incorporação de novas empresas ao circuito superior da economia, conforme proposto por Santos (2000), configurando agentes que não apenas superam modelos corporativos anteriores, mas redefinem as formas de exercício do poder econômico e territorial. Munidas de informações estratégicas, as *Big Techs* tornam-se fundamentais nos processos de planejamento, uma vez que o planejamento pode ser compreendido como informação aplicada ao território. Nesse sentido, mais do que uma simples datificação do espaço, observa-se o aprofundamento do meio técnico-científico-informacional, caracterizado por objetos técnicos densamente preenchidos de informação, cujo controle expressa capacidade efetiva de comando sobre o território.

O exemplo mais emblemático desse processo é representado pelos data centers, que operam como infraestruturas centrais da economia digital contemporânea. Esses equipamentos materializam a centralidade informacional ao concentrar o armazenamento, o processamento e a circulação de dados em escala global, conectando territórios distintos por meio de redes técnicas altamente especializadas e controladas por um número restrito de corporações.

Enquanto as consultorias corporativas atuaram, e atuam historicamente na gestão, análise e interpretação de dados para governos e empresas, as plataformas tecnológicas passaram a exercer o controle direto das redes, dos sistemas e das infraestruturas que possibilitam a própria circulação da informação. Esse domínio confere às *Big Techs* um poder sem precedentes, capaz de influenciar comportamentos sociais, orientar políticas públicas, reconfigurar economias inteiras e condicionar decisões estatais, deslocando os centros tradicionais de comando do capitalismo.

Na América Latina, essa transição aprofunda processos históricos de dependência e subordinação. A ausência de infraestruturas digitais próprias, a fragilidade das políticas de soberania informacional e a crescente privatização dos fluxos de dados configuram um cenário de colonialismo digital, no qual o valor produzido nos territórios latino-americanos é sistematicamente apropriado por agentes externos. Esse quadro

reforça assimetrias globais e limita a autonomia dos Estados nacionais na gestão de seus próprios fluxos informacionais, intensificando a vulnerabilidade econômica, política e territorial da região.

A análise espacial das sedes das *Big Four* em São Paulo e Buenos Aires reforçou que o poder informacional também se territorializa, ocupando centralidades corporativas que integram redes financeiras, tecnológicas e científicas. Esses espaços expressam materialmente a articulação entre informação, infraestrutura e comando empresarial.

Assim, conclui-se que o controle dos dados constitui o novo eixo estruturante da desigualdade global. A disputa por infraestrutura, plataformas e sistemas informacionais tornou-se a disputa central do século XXI. Reconhecer essa dinâmica é fundamental para pensar alternativas latino-americanas de autonomia tecnológica, fortalecimento do Estado e construção de políticas públicas que enfrentem o colonialismo digital e ampliem a soberania informacional.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- BRATTON, Benjamin H. **The Stack: On Software and Sovereignty**. Cambridge: MIT Press, 2016.
- BRASIL. Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm. Acesso em: 19 ago. 2023.
- CANHEDO, A. Corinthians assina contrato com consultoria por auxílio na renegociação de suas dívidas. **Globo Esporte**, São Paulo, 28 mai. 2021. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/times/corinthians/noticia/noticias-corinthians-assina-acordo-auditoria-kpmg-dividas.ghtml>. Acesso em: 25 jul. 2024.
- CASSINO, Luciana (org.). **Colonialismo de dados**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, v. 22, p. 461-474, 2010.
- CENTROAMÉRICA, E. Y. EY anuncia la integración de la región Latinoamérica y nombra a Manuel Solano como Socio Director Regional. Disponível em: https://www.ey.com/es_cr/news/2023/04/ey-anuncia-integracion-regionlatinoamerica. Acesso em: 10 set. 2024.
- Cias Abertas: Informação Cadastral - Portal Dados Abertos CVM. Disponível em: https://dados.cvm.gov.br/dataset/cia_aberta-cad. Acesso em: 22 ago. 2023.
- COHEN, R. B. The new international division of labour, multi-national corporations and urban hierarchy. In: DEAR, M.; SCOTT, A. J. (ed.). **Urbanization and urban planning in capitalist society**. London: Methuen, 1981.
- COLEMAN, David J; MCLAUGHLIN, J D; NICHOLS, S. **Building a spatial data infrastructure**. 1997, [S.l.: s.n.], 1997. p. 89–104.
- COLEMAN, E. Gabriella; MCLAUGHLIN, Jenna. “The Snowden Files” and the Global Future of Communications. **Current Anthropology**, [S. l.], v. 56, suplemento 12, p. S306–S317, 2015.
- COUTURE, S.; TOUPIN, S. About sovereignty. In: BROCA, S. (Org.). **Digital Sovereignty: A Critical Perspective**. London: Palgrave Macmillan, 2018.
- DANTAS, M. A. A soberania digital e a economia política da internet. **Revista de**

Economia Política de TI, v. 24, n. 1, p. 115-138, 2022.

DANTAS, M. **A lógica do capital-informação: a fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

DANTAS, M. Capitalismo na era das redes: trabalho, informação e valor no ciclo da comunicação produtiva. In: LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI, Sarita (Org.). **Informação e globalização na Era do Conhecimento**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999a. p. 216-261.

DANTAS, M. **A lógica do capital-informação: a fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999a.

DANTAS, M. **Comunicação e hegemonia no capitalismo informacional**. São Paulo: Paulus, 1999b.

DANTAS, M. Da produção material à 'virtual': esboço para uma compreensão 'pós-clássica' da Teoria do Capital. In: TAPIA, Ricardo; RALLET, Michel (Org.). **Telecomunicações, desregulamentação e convergência tecnológica: uma análise comparada**. 1. ed. Campinas: IE-UNICAMP, 1999c. p. 219-249.

DANTAS, M. Trabalho com informação: investigação inicial para um estudo na Teoria do Valor. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS JR, Clodoveu; ALVES, Leonardo L. **Infraestruturas de Dados Espaciais: Potencial para Uso Local**. Revista IP Ano 8 N, p. 65–80, 2006.

Deloitte. Escritórios no Brasil. 2024. Disponível em: <https://www.deloitte.com/br/pt/offices/brazil-offices.html>. Acesso em: 25 jul. 2024.

Deloitte - statistics & facts. Disponível em: <https://www.statista.com/topics/2602/deloitte/>. Acesso em: 10 set. 2024.

DIAS, L. C. Redes de Informação, grandes organizações e ritmos de modernização. Revista etc., **espaço, tempo e crítica**, v. 1, n. 2, jul. 2007.

DONADONE, J. Consultoria internacional em expansão e formas emergentes de globalização das trocas e contenciosos gerenciais. **Tempo social**, v. 22, p. 101-125, 2010.

DONADONE, J. Os hunos já chegaram: dinâmica organizacional, difusão de conceitos gerenciais e a atuação das consultorias. 2001. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

EGLER, C. A. G.; MONIÉ, F. Urbanização Mundial e no Brasil: mudanças recentes e

perspectivas. In: IPEA/IBGE/UNICAMP. (Org.). Estudos básicos para a caracterização da rede urbana no Brasil. Brasília: **IPEA**, v. 2, p. 319-343, 2002.

EY (Ernst & Young) - statistics & facts. Disponível em:
<https://www.statista.com/topics/2598/ey-ernst-and-young/>. Acesso em: 10 set. 2024.

FAUSTINO, D. **Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais**. São Paulo: Dandara, 2021.

FERRARI, T.. Fabricalização da cidade e ideologia da circulação. São Paulo: Outras Expressões, 2008.

FREIRE, R.; MARANDOLA JUNIOR, E. Circuitos espaciais da produção e reestruturação do espaço geográfico. **Caderno de Geografia**, Uberlândia, v. 17, n. 28, p. 119–140, 2007. Disponível em:
https://eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/anais_ix_geopontal.pdf. Acesso em: 17 mar. 2025.

From typewriters to AI. Disponível em:
<https://www.deloitte.com/global/en/about/story/purpose-values/from-typewriters-to-ai.html>. Acesso em: 10 set. 2024.

GRANT, R. Geographies of digital exclusion: data, technology and inequalities. **Dialogues in Human Geography**, London, v. 10, n. 2, p. 210–214, 2020.

GUERRA GONZÁLEZ, R.; SUÁREZ ESTRADA, M.; CERRATTO-PARGMAN, T. Decolonial perspectives on data practices in Latin America. **Information, Communication & Society**, London, v. 25, n. 12, p. 1744–1761, 2022.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HENNIG, S.; BELGIU, M. Map-based web applications to support public participation in spatial planning. **Transactions in GIS**, Oxford, v. 24, n. 3, p. 655–674, 2020.

JUNQUEIRA, C. Governo do RS irá contratar mais duas consultorias internacionais para reconstrução. Blog Caio Junqueira, 20 maio 2024. Disponível em:
<https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/caio-junqueira/nacional/governo-do-rs-ira-contratar-mais-duas-consultorias-internacionais-para-reconstrucao/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

KPMG. Escritórios. 2024. Disponível em:
<https://kpmg.com/br/pt/home/sobre-a-kpmg/escritorios.html>. Acesso em: 25 jul. 2024.

KPMG: employees by region 2010-2023. Disponível em:
<https://www.statista.com/statistics/189516/number-of-employees-of-kpmg-by-region/>. Acesso em: 10 set. 2024.

KWET, M. Digital colonialism: US empire and the new imperialism in the Global South. **Race & Class**, London, v. 60, n. 4, p. 3–26, 2019.

LEMOS, G.; ESPÍNDOLA, M.; TOSATTI, N. Soberania digital: definições, desafios e implicações na era da dataficação. **Logeion: Filosofia da Informação**, v. 11, edição especial, p. 1-22, 25 nov. 2024.

LIPPOLD, M.; FAUSTINO, D. Colonialismo digital: por uma crítica da economia política da tecnologia. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 62, p. 56-85, 2022.

LOJKINE, J. **Processo de globalização e territorialidade: dos sistemas urbanos às redes técnicas**. São Paulo: Hucitec, 1995.

MATTELART, A. **Comunicação mundo: história das ideias e das estratégias**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

MOROZOV, E. **Big Tech: A Ascensão dos Dados e a Morte da Política**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

NETO, R. Revolução informacional, novas tecnologias e consumo imediatista. **Cadernos de campo**, n. 16, p. 111-124, 2012.

OECD; JRC – Joint Research Centre. Handbook on constructing composite indicators: methodology and user guide. Paris: OECD Publishing, 2008. Disponível em: <https://www.oecd.org/sdd/42495745.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2025.

POLIDO, F. Colonialismo digital: notas para uma geopolítica da informação. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, nov. 2019. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/colonialismo-digital-notas-para-uma-geopolitica-da-informacao/>. Acesso em: 17 mar. 2025.

POHLE, J.; THIEL, T. **Digital sovereignty**. **Internet Policy Review**, v. 9, n. 4, p. 1-19, 2020.

PwC. Escritórios. 2024. Disponível em: <https://www.pwc.com.br/pt/quem-somos/escritorios.html>. Acesso em: 25 jul. 2024.

PwC (PricewaterhouseCoopers) - statistics & facts. Disponível em: <https://www.statista.com/topics/2617/pwc/>. Acesso em: 10 set. 2024.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REZAEI, Z.; MALEK, M R. **The Gradual Evolution of Spatial Information Systems to the Third Generation of SDI by User Centric Approach**. **Geospatial Engineering Journal**, v. 6, n. 4, p. 23–34, 2015.

ROB, P.; CORONEL, C. **Database systems: design, implementation, and management**. 9. ed. Boston: Cengage Learning, 2011.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, p. 81-101, dez. 1977.

SANTOS, M. São Paulo, metrópole corporativa. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 103-111, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/9372>. Acesso em: 28 fev. 2024.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, M. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo**. In: **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo**. 2009. p. 139-139.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.

SCAFF, A. Quem é PwC, a auditoria que aprovou as contas da Americanas (AMER3). Estadão, 12 jan. 2023. Disponível em: <https://investidor.estadao.com.br/mercado/acoes-americanas-amer3-20-bilhoes-quem-e-pwc-auditoria/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

SILVA, A. São Paulo, produção de informações e reorganização do território brasileiro. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SILVA, A.; ARRUDA, T. Empresas de consultoria e tendências do planejamento urbano-regional: um estudo a partir da McKinsey & Company. In: ANPUR - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. [S.l.], 2023. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st02-31.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2024.

SILVA, A.; FARIAS, H. O BNDES e as empresas de consultoria na reorganização do território brasileiro na década de 1990. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 13, p. 99-120, 2008.

SILVEIRA, S. **A sociedade pós-democrática: vigilância, algoritmos e destruição do espaço público**. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

SRNICEK, N. **Platform Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2016.

TEIXEIRA, S. Círculos de informações e usos do território: grandes empresas de consultoria e a gestão da privatização no Brasil. 2013. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1621791>. Acesso em: 2 jul. 2024.

TEIXEIRA, S. Planejamento, informação e circulação: as concessões dos aeroportos brasileiros e os usos corporativos do território. 2018. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1635575>. Acesso em: 2 jul. 2024.

TEIXEIRA, S. O pensamento de Milton Santos e a análise crítica do planejamento corporativo do território. **PerCursos**, Florianópolis, v. 23, n. 51, p. 136–166, 2022.

TEIXEIRA, S.; SILVA, A. Informação e planejamento corporativo: a consultora Deloitte e suas articulações no território brasileiro. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 39, p. 1-22, 2019.

TEIXEIRA, S.; SILVA, A. Os usos da informação estratégica sobre o território: a empresa de consultoria PricewaterhouseCoopers e o planejamento territorial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 71, 2011.

TOMELIN, M. **O quaternário: seu espaço e poder**. Brasília: Editora da UNB, 1988.

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; DE WAAL, M. **The Platform Society: Public Values in a Connective World**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

YAAKUP, A. *et al.* Web-based GIS for public participation in urban planning and management. **ASIA GIS**, p. 20-22, 2001.

ZUBOFF, S. **The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power**. New York: PublicAffairs, 2019.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

ANEXOS

ANEXO A – LISTA DOS PORTAIS ACESSADOS

| ESTATÍSTICA | | | |
|----------------------------|--------------------|--|------------------------|
| País | Instituição | Link | Acessado em: |
| Argentina | INDEC | indec.gob.ar | 5 de janeiro de 2025 |
| Bolivia | INE | ine.gob.bo | 5 de janeiro de 2025 |
| Brasil | IBGE | ibge.gov.br | 5 de janeiro de 2025 |
| Chile | INE | ine.cl | 5 de janeiro de 2025 |
| Colômbia | DANE | dane.gov.co | 5 de janeiro de 2025 |
| Costa Rica | INEC | inec.cr | 5 de janeiro de 2025 |
| Cuba | ONEI | onei.gob.cu | 5 de janeiro de 2025 |
| Haiti | IHSI | ihsi.ht | 5 de janeiro de 2025 |
| Equador | INEC | ecuadorencifras.gob.ec | 5 de janeiro de 2025 |
| El Salvador | DIGESTYC | onec.bcr.gob.sv | 5 de janeiro de 2025 |
| Guatemala | INE | ine.gob.gt | 5 de janeiro de 2025 |
| Honduras | INE | ine.gob.hn | 5 de janeiro de 2025 |
| México | INEGI | inegi.org.mx | 5 de janeiro de 2025 |
| Nicarágua | INIDE | inide.gob.ni | 5 de janeiro de 2025 |
| Panamá | INEC | inec.gob.pa | 5 de janeiro de 2025 |
| Paraguai | DGEEC/INE | ine.gov.py | 5 de janeiro de 2025 |
| Peru | INEI | gob.pe/inei | 5 de janeiro de 2025 |
| República Dominicana | ONE | one.gob.do | 5 de janeiro de 2025 |
| Uruguai | INE | gub.uy/instituto-nacional-estadistica | 5 de janeiro de 2025 |
| Venezuela | INE | ine.gob.ve | 5 de janeiro de 2025 |
| ECONOMIA E FINANÇAS | | | |
| Argentina | BCRA | bcra.gob.ar | 5 de fevereiro de 2025 |
| Bolívia | BCB | bcb.gob.bo | 5 de fevereiro de 2025 |
| Brasil | BCB | bcb.gov.br | 5 de fevereiro de 2025 |

| | | | |
|----------------------|-----------------------------|--|------------------------|
| Chile | BCentral | bcentral.cl | 5 de fevereiro de 2025 |
| Colômbia | BanRep | banrep.gov.co | 5 de fevereiro de 2025 |
| Costa Rica | BCCR | bccr.fi.cr | 5 de fevereiro de 2025 |
| Cuba | BCC | bcc.cu | 5 de fevereiro de 2025 |
| Haiti | BRH | brh.ht | 5 de fevereiro de 2025 |
| Equador | BCE | bce.fin.ec | 5 de fevereiro de 2025 |
| El Salvador | BCR | bcr.gob.sv | 5 de fevereiro de 2025 |
| Guatemala | Banguat | banguat.gob.gt | 5 de fevereiro de 2025 |
| Honduras | BCH | bch.hn | 5 de fevereiro de 2025 |
| México | Banxico | banxico.org.mx | 5 de fevereiro de 2025 |
| Nicarágua | BCN | bcn.gob.ni | 5 de fevereiro de 2025 |
| Panamá | Banco Nacional | banconal.com.pa | 5 de fevereiro de 2025 |
| Paraguai | BCP | bcp.gov.py | 5 de fevereiro de 2025 |
| Peru | BCRP | bcrp.gob.pe | 5 de fevereiro de 2025 |
| República Dominicana | BCRD | bancentral.gov.do | 5 de fevereiro de 2025 |
| Uruguai | BCU | bcu.gub.uy | 5 de fevereiro de 2025 |
| Venezuela | BCV | bcv.org.ve | 5 de fevereiro de 2025 |
| SAÚDE | | | |
| Argentina | Ministerio de Salud | argentina.gob.ar/salud | 5 de março de 2025 |
| Bolívia | Ministerio Salud y Deportes | msybs.gob.bo | 5 de março de 2025 |
| Brasil | DATASUS | datasus.saude.gov.br | 5 de março de 2025 |
| Chile | DEIS | deis.minsal.cl | 5 de março de 2025 |
| Colômbia | SISPRO | sispro.gov.co | 5 de março de 2025 |
| Costa Rica | Ministerio de Salud | ministeriodesalud.go.cr | 5 de março de 2025 |
| Cuba | MSPP | salud.msp.gob.cu | 5 de março de 2025 |
| Haiti | MSPP Haiti | mspp.gouv.ht | 5 de março de 2025 |
| Equador | MSP Publica | salud.gob.ec | 5 de março de 2025 |
| El Salvador | Ministerio de Salud | salud.gob.sv | 5 de março de 2025 |
| Guatemala | MSPAS | mspas.gob.gt | 5 de março de 2025 |

| | | | |
|----------------------|----------------------|--|--------------------|
| Honduras | Secretaría de Salud | salud.gob.hn | 5 de março de 2025 |
| México | SINAIS | sinais.salud.gob.mx | 5 de março de 2025 |
| Nicarágua | MINSA | minsa.gob.ni | 5 de março de 2025 |
| Panamá | MINSA | minsa.gob.pa | 5 de março de 2025 |
| Paraguai | MSPBS | mspbs.gov.py | 5 de março de 2025 |
| Peru | MINSA | minsa.gob.pe | 5 de março de 2025 |
| República Dominicana | MSP | msp.gob.do | 5 de março de 2025 |
| Uruguai | MSP Pública | msp.gub.uy | 5 de março de 2025 |
| Venezuela | MPP Salud | mppsaud.gob.ve | 5 de março de 2025 |
| EDUCAÇÃO | | | |
| Argentina | Ministerio Educación | argentina.gob.ar/educacion | 5 de abril de 2025 |
| Bolívia | Ministerio Educación | minedu.gob.bo | 5 de abril de 2025 |
| Brasil | INEP | inep.gov.br | 5 de abril de 2025 |
| Chile | MINEDUC | mineduc.cl | 5 de abril de 2025 |
| Colômbia | Ministerio Educación | mineducacion.gov.co | 5 de abril de 2025 |
| Costa Rica | MEP | mep.go.cr | 5 de abril de 2025 |
| Cuba | Ministerio Educación | mined.gob.cu | 5 de abril de 2025 |
| Haiti | MENFP | menfp.gouv.ht | 5 de abril de 2025 |
| Equador | Ministerio Educación | educacion.gob.ec | 5 de abril de 2025 |
| El Salvador | MINED | mined.gob.sv | 5 de abril de 2025 |
| Guatemala | Ministerio Educación | mineduc.gob.gt | 5 de abril de 2025 |
| Honduras | Secretaría Educación | se.gob.hn | 5 de abril de 2025 |
| México | SEP | sep.gob.mx | 5 de abril de 2025 |
| Nicarágua | MINED | mined.gob.ni | 5 de abril de 2025 |
| Panamá | MEDUCA | meduca.gob.pa | 5 de abril de 2025 |
| Paraguai | MEC | mec.gov.py | 5 de abril de 2025 |
| Peru | MINEDU | minedu.gob.pe | 5 de abril de 2025 |
| República Dominicana | MINERD | minerd.gob.do | 5 de abril de 2025 |

| | | | |
|------------------------------------|-------------------------|--|---------------------|
| Uruguai | ANEP | anep.edu.uy | 5 de abril de 2025 |
| Venezuela | MPP Educación | me.gob.ve | 5 de abril de 2025 |
| MEIO AMBIENTE | | | |
| Argentina | Ministerio Ambiente | ambiente.gob.ar | 20 de abril de 2025 |
| Bolívia | Ministerio MArA | mma.gob.bo | 20 de abril de 2025 |
| Brasil | IBGE – BDiA / IBAMA | ibge.gov.br/geociencias | 20 de abril de 2025 |
| Chile | Ministerio Ambiente | mma.gob.cl | 20 de abril de 2025 |
| Colômbia | IDEAM | ideam.gov.co | 20 de abril de 2025 |
| Costa Rica | MINAE | minae.go.cr | 20 de abril de 2025 |
| Cuba | CITMA | citma.gob.cu | 20 de abril de 2025 |
| Haiti | Ministère Environnement | moe.gouv.ht | 20 de abril de 2025 |
| Equador | Ministerio Ambiente | ambiente.gob.ec | 20 de abril de 2025 |
| El Salvador | MARN | marn.gob.sv | 20 de abril de 2025 |
| Guatemala | MARN | marn.gob.gt | 20 de abril de 2025 |
| Honduras | SERNA | serna.gob.hn | 20 de abril de 2025 |
| México | INEGI Geo | inegi.org.mx | 20 de abril de 2025 |
| Nicarágua | MARENA | marena.gob.ni | 20 de abril de 2025 |
| Panamá | MiAmbiente | miambiente.gob.pa | 20 de abril de 2025 |
| Paraguai | MADES | mades.gov.py | 20 de abril de 2025 |
| Peru | MINAM | minam.gob.pe | 20 de abril de 2025 |
| República Dominicana | Ministerio Ambiente | ambiente.gob.do | 20 de abril de 2025 |
| Uruguai | Ministerio Ambiente | ambiente.gub.uy | 20 de abril de 2025 |
| Venezuela | MINEC | minec.gob.ve | 20 de abril de 2025 |
| PLATAFORMA DE DADOS ABERTOS | | | |
| Argentina | | datos.gob.ar | 5 de maio de 2025 |
| Brasil | | dados.gov.br | 5 de maio de 2025 |
| Chile | | datos.gob.cl | 5 de maio de 2025 |
| Colômbia | | datos.gov.co | 5 de maio de 2025 |
| Costa Rica | | datosabiertos.presidencia.go.cr | 5 de maio de 2025 |

| | | | |
|----------------------|---|---|---------------------|
| Cuba | | – | |
| Haiti | | – | |
| Equador | | datosabiertos.gob.ec | 5 de maio de 2025 |
| El Salvador | | datos.gob.sv | 5 de maio de 2025 |
| Guatemala | | datos.gob.gt | 5 de maio de 2025 |
| Honduras | | – | |
| México | | datos.gob.mx | 5 de maio de 2025 |
| Nicarágua | | – | |
| Panamá | | datosabiertos.gob.pa | 5 de maio de 2025 |
| Paraguai | | datos.gov.py | 5 de maio de 2025 |
| Peru | | datosabiertos.gob.pe | 5 de maio de 2025 |
| República Dominicana | | datos.gob.do | 5 de maio de 2025 |
| Uruguai | | datos.gub.uy | 5 de maio de 2025 |
| Venezuela | | – | |
| ENERGIA | | | |
| Argentina | Ministério da Economia – Infraestrutura Energética | argentina.gob.ar/economia/energia/planeamiento-energetico/infraestructura-energetica | 20 de junho de 2025 |
| Bolívia | Ministério de Hidrocarbonetos e Energias – Capacidade Instalada | mhe.gob.bo | 20 de junho de 2025 |
| Brasil | ANEEL – Portal de Dados Abertos | dadosabertos.aneel.gov.br | 20 de junho de 2025 |
| Chile | Ministério de Energia – IDE Energia | ide-energia.minenergia.cl | 20 de junho de 2025 |
| Colômbia | Ministério de Minas e Energia – Infraestrutura de Dados Espaciais | minenergia.gov.co | 20 de junho de 2025 |
| Costa Rica | Ministério de Ambiente e Energia – Balance Energético Nacional | minae.go.cr | 20 de junho de 2025 |

| | | | |
|----------------------|---|--|---------------------|
| Cuba | Ministério de Energia e Minas – Energias Renováveis e Eficiência Energética | minem.gob.cu | 20 de junho de 2025 |
| Equador | Ministério de Energia e Recursos Naturais Não Renováveis | recursosyenergia.gob.ec | 20 de junho de 2025 |
| El Salvador | Superintendência Geral de Eletricidade e Telecomunicações – Estatísticas do Setor Elétrico | siget.gob.sv | 20 de junho de 2025 |
| Guatemala | Ministério de Energia e Minas – Política Nacional de Eficiência Energética | mem.gob.gt | 20 de junho de 2025 |
| Honduras | Comissão Reguladora de Energia Elétrica (CREE) | cree.gob.hn | 20 de junho de 2025 |
| México | Secretaria de Energia – Sistema de Informação Energética (SIE) | sie.energia.gob.mx | 20 de junho de 2025 |
| Nicarágua | Ministério de Energia e Minas – Cobertura Elétrica | mem.gob.ni | 20 de junho de 2025 |
| Panamá | Secretaria Nacional de Energia – Sistema de Informação Energética | siepanama.olade.org | 20 de junho de 2025 |
| Paraguai | Administração Nacional de Eletricidade (ANDE) – Infraestrutura Elétrica | https://www.ande.gov.py/ | 20 de junho de 2025 |
| Peru | Ministério de Energia e Minas – Projetos de Energia | minem.gob.pe | 20 de junho de 2025 |
| República Dominicana | Ministério de Energia e Minas – Dados Energéticos | mem.gob.do | 20 de junho de 2025 |
| Uruguai | Ministério da Indústria, Energia e Mineração – Dados Energéticos | miem.gub.uy | 20 de junho de 2025 |
| Venezuela | Ministério do Poder Popular para a Energia Elétrica – Dados Energéticos | - | |

| AEROPORTOS | | | |
|-------------------|---|---|--------------------|
| Argentina | Administración Nacional de Aviación Civil (ANAC) | https://www.anac.gob.ar/datos-estadisticos | 5 de julho de 2025 |
| Bolívia | Dirección General de Aeronáutica Civil (DGAC) | https://www.dgac.gob.bo/ | 5 de julho de 2025 |
| Brasil | Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) | https://www.anac.gov.br/assuntos/dados-e-estatisticas | 5 de julho de 2025 |
| Chile | Dirección General de Aeronáutica Civil (DGAC Chile) | https://www.dgac.gob.cl/estadisticas | 5 de julho de 2025 |
| Colômbia | Aeronáutica Civil de Colombia | https://www.aerocivil.gov.co/ | 5 de julho de 2025 |
| Costa Rica | Dirección General de Aviación Civil (DGAC) | https://www.dgac.go.cr/ | 5 de julho de 2025 |
| Cuba | Instituto de Aeronáutica Civil de Cuba | https://www.iaccuba.cu/ | 5 de julho de 2025 |
| Equador | Autorité Aéroportuaire Nationale (AAN) | http://www.aan.ht/ | 5 de julho de 2025 |
| El Salvador | Agencia Nacional de Tránsito y Aviación Civil (ANTAC) | https://www.ant.gob.ec/ | 5 de julho de 2025 |
| Guatemala | Autoridad de Aviación Civil | https://www.aacs.gob.sv/ | 5 de julho de 2025 |
| Honduras | Dirección General de Aeronáutica Civil | https://www.dgac.gob.gt/ | 5 de julho de 2025 |
| México | Dirección General de Aeronáutica Civil (DGAC) | https://www.dgac.hn/ | 5 de julho de 2025 |
| Nicarágua | Agencia Federal de Aviación Civil (AFAC) | https://www.gob.mx/afac | 5 de julho de 2025 |
| Panamá | Instituto Nicaragüense de Aeronáutica Civil (INAC) | https://www.inac.gob.ni/ | 5 de julho de 2025 |
| Paraguai | Autoridad Aeronáutica Civil | https://www.aeronautica.gob.pa/ | 5 de julho de 2025 |
| Peru | Dirección Nacional de Aeronáutica Civil (DINAC) | https://www.dinac.gov.py/ | 5 de julho de 2025 |

| | | | |
|----------------------|--|---|--------------------|
| República Dominicana | Dirección General de Aeronáutica Civil (DGAC) | https://www.mtc.gob.pe/dgac | 5 de julho de 2025 |
| Uruguai | Junta de Aviación Civil | https://jac.gob.do/ | 5 de julho de 2025 |
| Venezuela | Dirección Nacional de Aviación Civil | https://www.aviacioncivil.gub.uy/ | 5 de julho de 2025 |
| | Instituto Nacional de Aeronáutica Civil (INAC) | https://www.inac.gob.ve/ | 5 de julho de 2025 |